CADERNO GESTÃO DO PATRIMÔNIO
Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio sob os auspícios da Unesco.

Encontro Centro Lucio Costa - CLC, African World Heritage Fund - AWHF e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP

Intervenções PALOP



Série Encontros


rquitetura nascerá







Encontro Centro Lucio Costa - CLC, African World Heritage Fund - AWHF e Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa – PALOP

Intervenções PALOP

CLC-IPHAN | 2015

Créditos

Presidenta do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Jurema de Sousa Machado

Diretoria do Iphan
Andrey Rosenthal Schlee
Célia Maria Corsino
Luiz Philippe Peres Torelly
Marcos José Silva Rêgo
Robson Antônio de Almeida

Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio - Centro Lucio Costa – CLC

Coordenadora
Jurema Kopke Eis Arnaut

Sistematização das Informações
Andrea Prates
Helena Mendes dos Santos

Revisão e preparação
Andrea Prates
Helena Mendes dos Santos

Projeto gráfico e diagramação
Inara Vieira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Aloísio Magalhães, Iphan

E56 Encontro Centro Lucio Costa (CLC), African World Heritage Fund (AWHF) e países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) / organização de Andrea Prates e Helena Mendes dos Santos - Rio de Janeiro: Iphan/DAF/Centro Lucio Costa, 2015.

96 p. : il. ; 28 cm.

ISBN: 978-85-7334-259-8

1. Patrimônio cultural - África. I. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil).

CDD 363.69

Sumário



Apresentação

Fruto do Acordo, assinado em 2010, entre o Governo do Brasil e a Unesco, a criação do Centro Regional de Capacitação para a Gestão do Patrimônio, também designado Centro Lucio Costa em homenagem a um dos mais importantes arquiteto e urbanista brasileiro que também se dedicou à preservação do patrimônio cultural, é um Centro de Categoria II (CC2), sob os auspícios da Unesco, abrigado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-Iphan e sediado na cidade do Rio de Janeiro. O Centro Lucio Costa-CLC tem como estratégia central a intensificação da cooperação cultural Sul/Sul, destacando-se dentre os seus objetivos a melhoria de capacidades para a gestão do patrimônio cultural na Região.

Como uma das primeiras atividades do Centro, priorizou-se a realização de dois fóruns internacionais com o propósito de apresentar e discutir a proposta de Programa de Formação e ajustá-lo com vistas a melhor responder as demandas e expectativas dos países da Região de abrangência do Centro, bem como para estabelecer parcerias em ações voltadas para a preservação do Patrimônio Mundial e da Humanidade.

O primeiro fórum, realizado em 6 de novembro de 2013, contou com a participação de representantes de países sul-americanos e, o segundo, entre 9 a 13 de setembro do mesmo ano, com a de representantes de instituições de patrimônio dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa-PALOP. Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe responderam ao convite do Centro Lucio Costa para esse encontro, cujo tema central "Realidades, demandas e possibilidades para a gestão do patrimônio nos países africanos de língua portuguesa – PALOP" permitiu uma rica troca de conhecimentos sobre as diferentes realidades, demandas, possibilidades jurídicas e institucionais, referenciais conceituais e metodológicos, entre esses países e o Brasil.

Esta publicação reúne as apresentações de Ziva Domingos, Diretor do Instituto Nacional do Patrimônio Cultural de Angola; Adilson Ramos Dias, Diretor de Salvaguarda do Patrimônio/ Instituto da Investigação e do Patrimônio Culturais de Cabo Verde; Solange Macamo, Diretora da Direção Nacional do Patrimônio Cultural de Moçambique; Maria Nazaré de Ceita, Diretora do Comitê Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural de São Tomé e Príncipe.

A disponibilização das respectivas apresentações só foi possível pelo empenho de Andrea Prates e Helena Mendes dos Santos, da equipe do Centro Lucio Costa, nas diversas etapas da sistematização e revisão das gravações realizadas durante o Encontro e na edição final dos textos, bem como na proposta do formato desta publicação.

Como um espaço de convergência regional para a formação de gestores, o Centro Lucio Costa publica os resultados daquele Encontro no escopo de sua estratégia para se consolidar como um centro de referência em atividades de pesquisa, capacitação e difusão, que contribuam para a qualificação de profissionais e o compartilhamento de experiências e do conhecimento produzido entre os países da sua Região de abrangência, constituída pelos países da América do Sul, e de língua oficial portuguesa em África e Ásia, e com os parceiros da UNESCO.

Jurema Kopke Eis Arnaut
Coordenadora do Centro Lucio Costa

Encontro entre o Centro Lúcio Costa - CLC, o African World Heritage Fund - AWHF e os Países Africanos de Língua Portuguesa - PALOP (9 a 13 de setembro de 2013)

8 DE SETEMBRO DOMINGO	9 DE SETEMBRO SEGUNDA-FEIRA	10 DE SETEMBRO TERÇA-FEIRA	11 DE SETEMBRO QUARTA-FEIRA
	9h **Recepção e entrega de material** **9h30 às 11h** **Abertura** Jurema Machado Presidente do Iphan; Luiz Philippe Torelly - CLC; Marcelo Brito - ARIN; Vanessa Fanjul - AWHF e demais autoridades brasileiras **11h às 12h** **Realidades, demandas e possibilidades para a gestão do patrimônio no Brasil** Jurema Machado	**9h às 12h30** **Mesa: Patrimônio Cultural** **"Samba de Roda"** Claudia Marcia Ferreira - CNFCP **"Ilha de Moçambique"** Solange Macamo **"Cidade Velha de Cabo Verde"** Hamilton J. Fernandes **"Paisagens Culturais Cariocas"** Rafael Winter Ribeiro	**9h às 12h30** **Visita Técnica**
	12h30 - ALMOÇO	**12h30 - ALMOÇO**	**12h30 - ALMOÇO**
Chegada dos participantes estrangeiros e brasileiros	**14h às 18h30** **Mesa: Realidades, demandas e possibilidades para a gestão do patrimônio nos PALOP** **ANGOLA** Ziva Domingos Diretor do Instituto Nacional do Patrimônio Cultural **CABO VERDE** Adilson Ramos dias Diretor de Salvaguarda do Patrimônio/Instituto da Investigação e do Patrimônio Culturais **Intervalo 30'** **MOÇAMBIQUE** Solange Macamo Diretora da Direção Nacional do Patrimônio Cultural **SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE** Maria Nazaré de Ceita Diretora Comitê Nacional para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural	**14h30 às 16h30** **Espaço Observatório: Registro de Experiências** **Entrevistas de 20'com os representantes dos PALOP** **17h** **Visita ao CLC e Palácio Gustavo Capanema** **18h** **Lançamento de Protocolo de Internções entre AWHF e CLC**	**14h30 às 18h** **Visita Técnica**

12 DE SETEMBRO QUINTA-FEIRA	13 DE SETEMBRO SEXTA-FEIRA
9h às 12h30 **Apresentação do Programa de Formação do CLC** Lia Motta **Intervalo 30'** **Aprezentação sobre o AWHF** Vanessa Fanjul **Apresentação da proposta do AWHF** Albino Jopela	**9h às 12h30** **Discussão do Planejamento CLC e AWHF, considerando os temas/problemas apresentados pelos representantes dos Estados participantes**
12h30 - ALMOÇO	**12h30 - ALMOÇO**
14h30 às 18h **Discussão do Programa de Formação do CLC**	**14h30 às 18h** **Consolidação de plano de trabalho conjunto entre o CLC, AWHF e PALOP**



OBJETIVOS

- Iniciar a colaboração entre o CLC e o AWHF visando ao desenvolvimento de ações com os PALOP para a preservação do patrimônio cultural e natural, a partir da troca de conhecimentos a respeito das realidades;
- Estabelecer um Plano de Trabalho conjunto entre o CLC e o AWHF, com relação aos PALOP; e
- Discutir o Programa de Formação do CLC visando à adesão dos PALOP.



Realidades, demandas e possibilidades para a gestão do patrimônio nos países africanos de língua portuguesa – PALOP

ANGOLA

ZIVA DOMINGO
DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ANGOLA[1]



1. Houve mudança na representação do Instituto. Atualmente, a Diretora-Geral do Instituto do Património Cultural é Maria da Piedade Jesus.

A atual gestão do patrimônio em Angola tem no desenvolvimento sustentável um grande desafio. Logo após a sua independência, em 1975, e em reconhecimento à importância do patrimônio como vetor do desenvolvimento do País, o governo angolano criou um Instituto Nacional do Patrimônio Cultural que, naquela ocasião, se chamava Direção dos Serviços de Museologia.

Partimos da museologia para evoluir para o patrimônio, e hoje temos duas direções responsáveis pelo patrimônio: o Instituto Nacional de Patrimônio Cultural-INPC[2] – que venho representando na qualidade de diretor – cujas principais áreas são, Patrimônio Cultural Imóvel e Patrimônio Cultural Imaterial; e a Direção Nacional dos Museus, esta última, criada em 2009.

Nesta minha intervenção não vou entrar nas questões ligadas a gestão museológica[3]. Darei prioridade às áreas sob minha responsabilidade, a saber: Patrimônio Cultural Imóvel e Patrimônio Cultural Imaterial.

Fazendo um rápido diagnóstico da situação atual - desde a aprovação, em 2005, da Lei do Patrimônio Cultural, nº14/05 - e da Política Cultural aprovada em janeiro de 2011, diversas ações vêm sendo desenvolvidas, em nível nacional, pelo Ministério da Cultura e seus parceiros. Dentre estas ações ora em desenvolvimento, cito o inventário para a classificação e a identificação do patrimônio de Angola. Até o momento, temos cerca de 230 (duzentos e trinta) bens classificados como Patrimônio Nacional, e cerca de 2.300 (dois mil e trezentos) bens inventariados a serem classificados.

Cada província de Angola tem uma Direção Provincial da Cultura, que prepara os processos dos inventários dos seus bens conforme a sua avaliação dos bens passíveis de classificação. Os processos são então submetidos ao Instituto Nacional de Patrimônio Cultural, que faz a análise técnica a fim de determinar se esses bens respondem aos critérios definidos na Lei do Patrimônio Cultural.

Cabe ressaltar, entretanto, que em vista de interesses econômicos, sobretudo, nas grandes cidades onde há grandes investimentos, Angola vem enfrentando dificuldades na gestão do patrimônio. É comum termos bens demolidos, ou alterados, à revelia do INPC, assim como licenças para a realização de obras, concedidas sem consulta prévia ao Instituto.

Com base nesta realidade, e visando a minimizar esses danos, estamos concentrando esforços na *classificação* das zonas históricas. Inclusive, recentemente pudemos finalizar a classificação de uma zona histórica na região norte de Angola. Partimos, em primeiro lugar, da classificação da zona, e a partir daí, vamos progressivamente classificando os bens que estão dentro do perímetro delimitado. Esta estratégia vem sendo adotada desde o mês de junho de 2013, quando após quase 08 (oito) anos de trabalho, conseguimos regulamentar a preservação do Patrimônio Imóvel por meio do Decreto Presidencial nº53/13, de 06 de junho de 2013.

Além dos *inventários* e da *classificação*, estamos também promovendo uma campanha de identificação do patrimônio classificado. Esta campanha foi iniciada há cerca de três anos, e vem sendo implementada por etapas. Dentre os 200 (duzentos) bens classificados como Patrimônio Nacional, cerca de 100 (cem) já receberam a placa de identificação, possibilitando a qualquer indivíduo, qualquer cidadão, saber que aquele bem é classificado e merece um tratamento específico.

No âmbito do Patrimônio Mundial, vamos tratar aqui de um dos bens que Angola pretende inscrever na lista de Patrimônio Mundial. Este nosso exercício sobre o Patrimônio Mundial teve início em 2006, e começamos

2. O Instituto Nacional do Patrimônio Cultural-INPC, em 1976, era denominado Direção de Serviços de Museologia.

3. O patrimônio móvel é gerido pelos próprios museus sob a tutela da Direção Nacional de Museus.

por rever a lista indicativa de bens de Angola, na UNESCO desde 1990 - constituída basicamente por fortalezas e igrejas - a fim de dar lugar a outros bens mais representativos da realidade do País.

No momento, temos 03 (três) propostas de bens para a lista indicativa: a Cidade Histórica de M'banza Congo, que vou apresentar a seguir; o Complexo Arqueológico do Tchitundu-Hulu; e o Corredor do Kwanza, um grande rio em Angola que serviu de corredor para o comércio, ligando a região norte a Luanda, de grande valor histórico por sua importância para a região.

Os processos para a indicação destes 03 (três) bens já foram montados, mas faltam ainda alguns dados (coordenadas, análises comparativas, e etc.) que precisamos completar a fim de validar as candidaturas para a lista indicativa. Desses 03 (três) bens, M'banza Congo é a candidatura à lista de Patrimônio Mundial cujo processo está mais adiantado. Já tratamos da cartografia e da prospecção geofísica; demos início à pesquisa documental e às escavações arqueológicas; e começamos a trabalhar sobre a preparação do plano de gestão.

Com relação ao Patrimônio Imaterial, atualmente contamos com um setor no Instituto para a gestão destes bens. Entretanto, este setor ainda carece de capacitação e profissionalização dos seus técnicos. Felizmente, a partir do próximo ano vamos começar a implementar um projeto, em parceria com a UNESCO e com o Fundo do Reino da Noruega, de reforço às capacidades na área do Patrimônio Imaterial. Com isto, esperamos não só poder reforçar as capacidades técnicas, como possibilitar a realização do levantamento do Patrimônio Imaterial junto às comunidades.

Ressalte-se que, na área do Patrimônio Imaterial, uma das propostas que gostaríamos de já estar trabalhando, são as técnicas tradicionais na região do Congo. Inclusive, seria uma boa oportunidade de ligar a candidatura do M'banza Congo ao Patrimônio Imaterial. Naquela região, existem técnicas de tecelagem com tecidos nativos, que poderia motivar uma ação a ser desenvolvida dentro do projeto sobre a gestão do Patrimônio Imaterial. Quem sabe, posteriormente, não poderíamos indicar técnicas como esta para a lista de Patrimônio Imaterial da Humanidade?

Além destas possibilidades, existem alguns projetos em estudos. Em parceira com algumas instituições e empresas, temos a intenção de reabilitar e restaurar alguns bens de Arquitetura Militar, a exemplo das fortalezas: a Chevron, uma empresa petrolífera, está interessada em reabilitar a Fortaleza do Penedo, em Luanda; o Ministério da Defesa quer fazer uma parceria conosco visando a reabilitar a Fortaleza do São Fernando, na província do Namibe, ao Sul de Angola; e a Odebrecht, que é uma empresa Brasil–Angola, tem interesse em reabilitar as ruínas do Forte de Kambembe, que está dentro do projeto do Corredor do Kwanza.

Como é possível notar, há uma dinâmica nas parcerias público-privada, entre o Ministério da Cultura e algumas instituições e empresas, nas áreas de preservação e valorização do patrimônio. Com relação à cooperação internacional, o Instituto tem reforçado algumas relações de parceria com instituições internacionais, como por exemplo: a UNESCO, com quem vimos trabalhando as ações no âmbito do Patrimônio Mundial e alguns outros projetos nas áreas dos museus; a Escola do Patrimônio Africano, parceira de muitos anos; e o Fundo para o Patrimônio Mundial Africano, com o qual pretendemos assinar um protocolo visando à contribuição a este Fundo.

Para além destas, há também as parcerias com as universidades. Por exemplo, a Universidade de Coimbra vem trabalhando conosco a candidatura de M'banza Congo; o Instituto Politécnico de Tomar vem trabalhando a arte rupestre em Angola; e assim temos feito com várias outras instituições. Inclusive, dentre as razões de estarmos aqui, há esta intenção de reforçarmos os laços de cooperação com o IPHAN e com o novo Centro (Centro Lucio Costa).

Quanto aos recursos humanos de que necessitamos a fim de atendermos à todas estas demandas, tanto em nível nacional, como em nível internacional, lidamos com o fato de termos todos esses recursos à nossa disposição. A contratação de pessoal implica em recursos financeiros e materiais dos quais não dispomos. Daí a razão das parcerias com as universidades, que entendemos serem passíveis de nos auxiliar a encontrar soluções aos nossos desafios.

A título de ilustração a estes casos, cito o exemplo da Faculdade de Ciências Sociais, da Universidade Agostinho Neto, onde conseguimos inserir uma disciplina de Museologia e Património, no curso de História e de Antropologia e, aos poucos, estamos conseguindo sensibilizar a juventude para a importância desta temática. Desta forma, em havendo a possibilidade de contratação, podemos conseguir alguns alunos para trabalharem conosco.

De igual forma, e tendo em vista as dificuldades de podermos contar com arquitetos em nossos quadros, vimos buscando a parceria com o Departamento de Arquitetura da Faculdade de Engenharia desta mesma universidade, a fim de nos possibilitar a contratação desses profissionais, na vigência dos projetos que, porventura, possamos desenvolver em conjunto.

Para terem uma ideia quanto ao nível de dificuldades que enfrentamos, o Instituto do Patrimônio Cultural, em seu estatuto, prevê um quadro funcional de 70 funcionários. Ocorre que, atualmente, temos apenas 22 (vinte e dois) funcionários trabalhando no Instituto. Dentre esses, 08 (oito) são técnicos de nível superior, sendo que nem todos têm formação específica na área de patrimônio.

Finalmente, voltando à UNESCO, vou falar um pouco das convenções. Demos um salto muito grande na ratificação de algumas delas. Além da Convenção de 1972, que já ratificamos há muitos anos, conseguimos ratificar, em 2011, mais quatro: a Convenção do Patrimônio Imaterial, de 2003; a Convenção da Diversidade Cultural, de 2005; a Convenção da UNIDROIT[4], de 1995, que trata dos bens furtados, ou ilicitamente exportados; e a Convenção sobre os Conflitos Armados, de 1954.

Sobre os desafios que temos a frente, o primeiro deles é, sem dúvida, o reforço às medidas de proteção ao patrimônio cultural, por meio das campanhas de sensibilização junto às populações, e da divulgação da legislação existente. Temos uma lei e um regulamento. Agora, precisamos divulgar esses instrumentos e sensibilizar as populações para que possamos proteger melhor o nosso patrimônio.

O segundo desafio é o provimento de mão de obra qualificada, por meio da contratação, da capacitação, e da formação de técnicos, não só do Instituto do Patrimônio Cultural, como também das Direções Provinciais da Cultura, que são nossas aliadas. O Instituto não pode promover a gestão do patrimônio de forma satisfatória, se as Direções Provinciais não contarem com profissionais aptos a nos auxiliar nessa dinâmica.

Outro desafio é a criação de uma estrutura que responda pelas ações de conservação e restauro de bens culturais, sejam esses, móveis ou imóveis. Hoje, as intervenções sobre os bens patrimoniais são geridas por dois ministérios: o do Urbanismo e o da Construção. Esta duplicidade de esferas tem dificultado as ações as serem realizadas, sobretudo, quando estamos enfrentando pressão sobre um bem que está se deteriorando e, portanto, há a necessidade de uma rápida intervenção, mas acabamos por deixar a desejar neste tempo de resposta, quando a intervenção envolve negociações com os dois ministérios.

4. Institut International Pour L'Unification Du Droit Prive - UNIDROIT. (Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado).

Como todos sabemos, a máquina administrativa não é tão rápida, e até convencermos esses ministérios, o tempo vai passando. Uma solução seria a criação do Instituto Nacional de Conservação e Restauro, dentro do Ministério da Cultura, que poderia responder por esse tipo de necessidade. Isto seria o ideal, mas ainda estamos amadurecendo a ideia para, no tempo certo, criar essa estrutura.

Outro desafio são as assinaturas dos protocolos de cooperação. Como não temos a mão de obra, os recursos humanos suficientes, precisamos de parcerias com as universidades e centros especializados nas gestões patrimoniais. Além disso, pretendemos estabelecer parceiras com o Ministério da Educação, com o Ministério do Ensino Superior e com o Ministério de Ciências e Tecnologia, visando ao desenvolvimento de propostas no âmbito do Patrimônio Imaterial. Quanto a estas parcerias e conforme o nosso entendimento, a educação deve ser a base, e nós queremos preservar melhor o nosso patrimônio.

Outra parceria aponta para o Ministério da Hotelaria e Turismo, porque estamos falando do patrimônio, e não só dos bens que devem ser preservados. Importa pensar, também, no uso do patrimônio como fator de desenvolvimento, passando pelo turismo cultural. Neste sentido, o Ministério do Turismo para nós é um parceiro inquestionável.

Finalmente, resta dizer que o nosso maior desafio hoje é a inscrição da cidade M'banza Congo na lista do Patrimônio Mundial. Esse projeto foi inscrito no Programa Nacional do Desenvolvimento de Angola 2013-2017, o que demonstra um forte engajamento do governo, sendo nossa obrigação apresentar resultados.

Vou lhes apresentar a candidatura, certos de podermos contar com o vosso apoio, dos angolanos, do Brasil, e também dentro da CPLP[5], para podermos, então, concretizar e finalizar esta candidatura, desejosos de que vai ser aceita, e que Angola terá o seu primeiro bem inscrito na lista de Patrimônio Mundial.

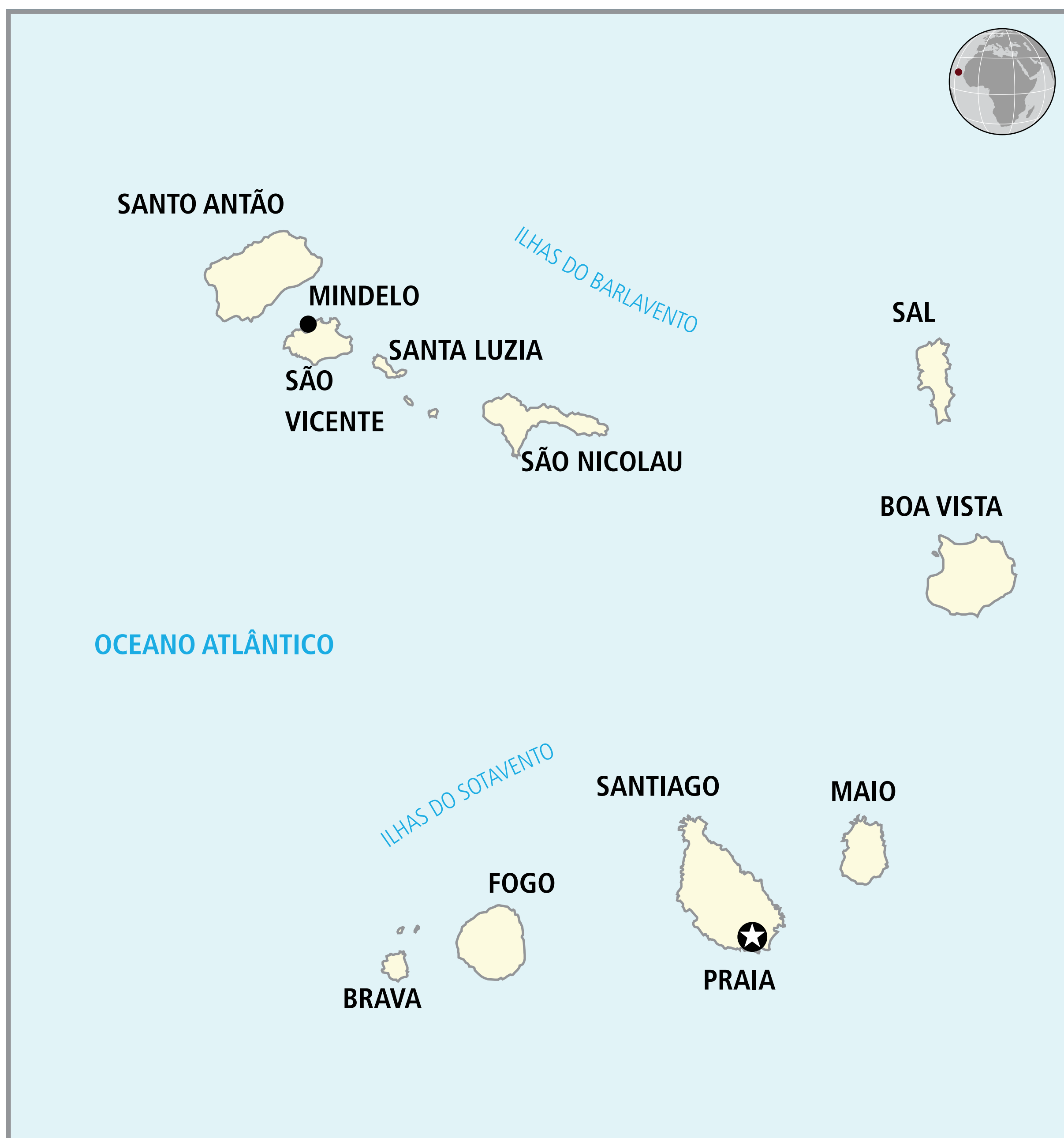
Em linhas gerais, é isto que eu queria vos apresentar. O atual quadro da gestão do patrimônio em Angola e os seus desafios.

Muito obrigado!

5. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa-CPLP, formada por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

CABO VERDE

ADILSON RAMOS DIAS
DIRETOR DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO/INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL-IPC



Em primeiro lugar, queria agradecer o convite e a oportunidade de estar aqui presente para compartilhar um pouco da realidade cabo-verdiana no âmbito do Patrimônio e dos desafios que estamos enfrentando.

Começo com uma pequena contextualização geográfica. Cabo Verde é um país africano, situado à cerca de 450 km da costa africana, que ocupa uma área de 4.033km e um espaço marítimo exclusivo, superior a 600.000km. O País é formado por 10 (dez) ilhas e alguns ilhéus, dispostos em dois grupos, Barlavento e Sotavento.

Datado de 1460, o povoamento só inicia a partir de 1462, na ilha de Santiago. O primeiro povoado foi chamado de Ribeira Grande, atualmente, Cidade Velha, que hoje é Patrimônio da Humanidade. O país se tornou independente em 1975, depois de uma luta armada travada no solo guinense.

Em Cabo Verde, desde a independência, as questões relativas ao patrimônio têm recebido especial atenção dos sucessivos governos, merecendo, inclusive, a criação de direções e mais recentemente do Instituto de Patrimônio Cultural-IPC para trabalhar as questões ligadas a esta temática.

O IPC é responsável pela investigação, preservação e conservação do patrimônio cultural de Cabo Verde; é um Instituto com estatuto próprio que, por meio do diálogo com a sociedade Cabo-verdiana, recebe as informações necessárias às suas intervenções.

No âmbito legal, ratificamos, em 1988, a Convenção de Salvaguarda ao Patrimônio Cultural e Natural, de 1972 e, em 1990, promulgamos a Lei de Base do Patrimônio (Lei nº 102/1990), onde estão definidos quais os elementos integram o Patrimônio Cultural Cabo-Verdiano. Posteriormente aderimos à Convenção do Patrimônio Subaquático, à Convenção do Patrimônio Imaterial e à Convenção da Diversidade Cultural.

No âmbito do Patrimônio Mundial, temos a Cidade Velha, primeira cidade edificada nos trópicos, elevada, em 2009, à categoria de Patrimônio Mundial. O patrimônio da Cidade Velha é integrado por bens emblemáticos ao Patrimônio Natural e Mundial: o Pelourinho e a Fortaleza Real de São Filipe.



Fortaleza Real de São Filipe.

Pelourinho.



Na lista indicativa da UNESCO temos: o Centro Histórico de São Filipe, na ilha do Fogo; o Centro Histórico da Praia, ilha de Santiago; a Paisagem Natural da Cova, na ilha de Santo Antão; o Sítio Histórico e Natural das Salinas de Pedra de Lume, na ilha do Sal; e o Ex-Campo de Concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago.



Centro Histórico de Mindelo.

Quanto ao Patrimônio Cultural de Cabo Verde, pudemos definir alguns projetos como linhas orientadoras à sua salvaguarda. Em 2011, demos início ao Inventário Nacional do Patrimônio Cultural, que tem por objetivo identificar, catalogar, classificar e divulgar todos os bens imóveis existentes no país, até 2016. Alguns centros já foram classificados a fim de evitar a degradação e descaracterização, e estamos realizando a inventariação individual dos bens existentes na área classificada.



Centro Histórico de São Filipe.

Dentre os centros já classificados, temos: o Sítio Histórico e Natural de Salinas de Pedra de Lume (ilha do Sal), que foi declarada Patrimônio Nacional; o Centro Histórico do Mindelo, na Ilha de São Vicente; O Centro Histórico da Praia, na ilha de Santiago; O Centro Histórico e de São Felipe, na ilha do Fogo, composto majoritariamente por sobrados; e o Centro Histórico de Nova Sintra na Ilha Brava; O Centro Histórico da Ribeira da Brava em São Nicolau.

Alguns centros, como é o caso do Centro Histórico da Praia, ainda preservam o traço original da construção e o modelo de construção da época colonial.

Centro Histórico da Praia.



No âmbito do Patrimônio Imaterial, em 2005, desenvolvemos o dossiê sobre a Tabanka, manifestação cultural genuinamente cabo-verdiana, visando a sua inscrição na lista do Patrimônio Imaterial da Humanidade, mas não obtivemos sucesso. Entretanto, isso não quer dizer que desistimos, uma vez que a Tabanka é uma manifestação pública de inegável valor histórico e simbólico, principalmente na ilha de Santiago, justificando assim, a continuidade dos trabalhos até a sua inscrição.

Outro projeto em curso é o "Patrimônio Imaterial - Guia visual" que visa a identificar, recolher, tratar, colocar em base de dados e em arquivo de áudio e vídeo para salvaguardar a memória que predomina no meio rural, onde as pessoas são menos escolarizadas e, consequentemente, não conseguem materializar essa memória num livro, num diário, ou num manuscrito. Por esta razão, vimos trabalhando para colher essa memória a fim de preservá-la para investigadores e gerações vindouras.

Estamos trabalhando, também, na montagem do dossiê de candidatura à lista do Patrimônio Imaterial, da Morna, um estilo musical de Cabo Verde. Temos, ainda, outras manifestações do Patrimônio Imaterial, a exemplo da Festa das Bandeiras e da Festa de São João Baptista, uma festa de romaria recentemente declarada Patrimônio Imaterial local.


Festa das Bandeiras.


Festa de São João Batista.

Um equipamento fundamental na preservação da memória histórica e cultural de um país é o museu. Os museus começaram a ganhar espaço na década de 1990, quando da criação do Museu Etnográfico, que vem sendo reformulado para atendimento às novas demandas na área de museologia. Posteriormente, criamos o núcleo museológico, que agora é museu de arqueologia, mais especificamente da arqueologia subaquática. Outros centros, espaços e núcleos museológicos, foram criados no País, como é o caso do museu da existência no ex-Campo de Concentração do Tarrafal. Há, também, o Museu da Tabanka, e o Museu da Ilha de Santiago.

No âmbito das políticas governamentais, criamos a Rede Nacional de Museus, cuja proposta é ter um museu em cada município. Por sermos formados por ilhas, somos um país disperso, o que muitas vezes dificulta às pessoas conhecerem os museus. Por exemplo, se temos um museu em Santiago e o indivíduo que mora em Santo Antão, ele terá dificuldades para se deslocar até Santiago. Daí a ideia da Rede de Museus, com exposições itinerantes que vão permitir às pessoas conhecerem as realidades de cada ilha e de cada município.

Outra vertente do projeto é a formação e o acesso à cultura, bem como a diversificação da oferta por produto cultural no País. Com o fenômeno do turismo cultural, há grande demanda por experiências que permitam aos turistas conhecerem o dia-a-dia das pessoas, e os espaços museológicos vão servir para o turista se sentir mais próximo da realidade do município ou da ilha.

Existem outros projetos de museus temáticos em Cabo Verde, que são: o Museu do Café, na Ilha do Fogo; o Museu da Pesca, na ilha de São Nicolau; e também os museus das Festas de Romaria, nas Ilhas de Santiago e de Santo Antão. Com relação a esta última, a elevação da festa de São João a Patrimônio local, gerou a criação de um Centro Interpretativo onde as pessoas têm a oportunidade, através de vídeos e textos, de entenderem a manifestação.

E quais são os desafios que Cabo Verde tem a enfrentar na preservação do seu Patrimônio Cultural? No momento, há uma grande demanda por construções visando à melhoria das condições de vida da população. Em face desta realidade, temos que ser cautelosos e nos desdobrarmos para salvaguardar a nossa memória. Para tanto, temos que regulamentar a nossa Lei de Base do Patrimônio, assim como estabelecer mais parcerias público-privadas, visando, por exemplo, a formação de novos técnicos para trabalharem nas Câmaras Municipais, já que são esses técnicos que emitem licença para a construção.

Faz-se necessário, também, um programa de formação continuada, ao invés de formações pontuais, tanto para técnicos que trabalham diariamente com o patrimônio, como para a sociedade civil, com vistas à construção de uma consciência nacional para o valor do patrimônio. Até porque, de nada adianta termos técnicos com capacidade e não termos uma sociedade educada neste sentido.

Quanto às nossas pretensões futuras, com relação aos centros históricos, depois de realizada a sua classificação, será necessário criar um plano de salvaguarda e um fundo de reabilitação e conservação do patrimônio, em nível nacional, considerando que, muitas vezes, os detentores dos bens inseridos neste contexto são particulares, sem condições para reabilitar esses bens.

A assistência técnica às Câmaras Municipais, também tem sido fundamental. Muitas vezes as solicitações para a construção em área classificada como Patrimônio Nacional, envolvem negociações. Como já havia dito anteriormente, a nossa legislação carece, ainda, de regulamentação. Desta forma, temos que sentar à mesa e negociar, levando em consideração os interesses da Câmara Municipal, os interesses do proprietário que quer construir, e também os interesses do País, com relação ao Patrimônio Nacional.

Outra vertente importante são os programas educativos que vimos desenvolvendo junto ao jardim de infância e ao pré-escolar, que visa a sensibilizar as crianças, desde pequenas, para a importância da preservação e do conhecimento sobre o Patrimônio, tendo em vista que só podemos preservar quando conhecemos.

Há, também, a necessidade de estabelecermos mais parcerias com instituições internacionais, a exemplo do IPHAN, e de outras instituições transnacionais que tenham a sua linha orientadora vocacionada para o patrimônio.

Quanto à área dos museus, apesar de Cabo Verde ter espólio, ainda não conta com uma Direção de Museus. As questões relativas à área vêm sendo contempladas pela Direção das Ciências Sociais e Humanas. Todavia, em face da proliferação de espaços museológicos no País, faz-se necessária a criação de uma Lei Quadro dos Museus que possa nos conferir maior autonomia para trabalhar os planos museográficos.

Outras medidas importantes para a área são: a elaboração de um Plano de Gestão dos Museus, a fim de pautar os procedimentos a serem adotados anualmente; e a atualização de inventário do espólio cabo-verdiano, tendo em vista o aumento promovido graças à realização de algumas campanhas em torno do espólio de objetos.

Resta dizer que Cabo Verde adquiriu uma maior consciência nacional do valor do Patrimônio Cultural. Temos uma universidade pública com cursos vocacionados para a área de patrimônio, e um número crescente

de jovens interessados, formados, e em formação na área. Eu, por exemplo, faço parte desta estatística. Como resultado dessas ações, Cabo Verde conta com muita mão de obra, muito trabalho, ainda que tenhamos poucos recursos.

Por fim, cabe acrescentar que Cabo Verde vem recebendo milhares de turistas anualmente, fazendo com que o turismo cultural tenha um grande peso no produto interno bruto (PIB) do País. Por esta razão, entendemos que o papel do IPC é fundamental para apoiar o poder público na tomada de decisões e no traçar de objetivos, possibilitando maior assertividade nas políticas culturais em curto, médio e longo prazos.

Obrigado!

HAMILTON JAIR FERNANDES
DIRETOR DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO
CURADOR DA CIDADE VELHA – PATRIMÔNIO MUNDIAL
INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – MINISTÉRIO DA CULTURA

Trago a experiência de Cabo Verde, um país relativamente novo, não só nos 500 anos do processo de colonização, mas, sobretudo, no processo de independência, que se deu em 1975. Desde a independência, tivemos 03 (três) importantes momentos no País.

No período pós-colonial, Cabo Verde vivia um caos administrativo, econômico e financeiro. Éramos extremamente pobres, e a nossa prioridade tinha que passar pelo abastecimento da população. Na década de 1990, foi criada a Lei do Patrimônio, que estamos revendo agora, já que foi feita à cópia da lei portuguesa, e nossas prioridades estão se modificando. Também na ocasião, ratificamos a Convenção da UNESCO, de 1972. No âmbito institucional criamos a Direção de Cultura, com especificidades concretas em matéria de salvaguarda do patrimônio, tanto o tangível, como também as tradições do país, fundamentais à afirmação da nossa identidade nacional.

No âmbito do Patrimônio Mundial, a partir de 1991, época em que começava a ocorrer a abertura política em Cabo Verde, houve uma tentativa tímida da apresentação da Cidade Velha como primeiro bem a ser indicado para fins de inscrição na lista de Patrimônio Mundial. Ainda que o dossiê não estivesse completo, e sabíamos disso porque foi apontado pela UNESCO, optamos por, mesmo assim, apresentar a candidatura a título de estratégia de divulgação do sítio.

A partir do ano 2000, sobretudo, com a inserção das novas tecnologias da informação, houve uma massificação contínua do ensino, e as universidades - públicas e privadas - extremamente importantes para a cultura e para o patrimônio, foram criadas. Note-se que, até a década de 1990, cerca de 80% da população de Cabo Verde era analfabeta. Todavia, este número vem sendo drasticamente reduzido e, hoje, temos cerca de 9% de analfabetos, sendo que, destes, a maioria tem mais de 60 anos de idade.

Por ser um processo recente, que se intensificou a partir de 2005, temos à frente das nossas instituições pessoas bastante jovens, sendo, o Ministério da Cultura, o que tem o quadro mais jovem de Cabo Verde.

Em 2010, em parte com a entrada, no Ministério da Cultura, do Dr. Mário Lúcio de Souza - artista admirador do Brasil - e o surgimento de novos conceitos, mudou-se o paradigma da Cultura. Ao invés de falarmos em Turismo e Cultura, falamos de Cultura e Turismo. Note-se que, em Cabo Verde, não há a oferta de sol e praia que existe noutros sítios, de modo que temos que acreditar no viés cultural para preencher o turismo.

Outro conceito extremamente interessante, do nosso ponto de vista, e sobre o qual, inclusive, carece de uma nova perspectiva, é a contribuição da cultura no produto interno bruto do País. A título de ilustração, podemos citar as inaugurações de museus. Anteriormente, se quiséssemos a presença de autoridades para "cortar a fita" de inauguração, precisávamos apelar ao Ministério da Cultura. Hoje, o Primeiro Ministro de Cabo Verde faz questão de estar à frente nesses eventos; e instituições como o Banco Mundial, as Nações Unidas, a União Europeia, financiam diretamente os projetos culturais.

Alguns bons elementos a corroborar esta positiva mudança são as iniciativas no âmbito da economia criativa, aliás, inspiradas na experiência brasileira, como a criação do Banco da Cultura. E tais mudanças vêm numa velocidade tal, que dentro de poucos anos será necessário revermos todos estes conceitos novamente.

Note-se que, por ser um País pobre, a inclusão social em Cabo Verde é fundamental, e nada mais apropriado que a sua promoção por meio da cultura. Importa perceber a Cultura e o patrimônio como instrumentos não exclusivos dos poderes públicos, conquanto as iniciativas e os investimentos estejam surgindo da iniciativa privada.

No mais, vimos trabalhando com afinco a questão da Classificação, visando à salvaguarda e à proteção dos nossos centros históricos em função do boom urbanístico que vem ocorrendo em Cabo Verde, herança de outros países, sobretudo, os mais desenvolvidos. Por esta razão, foi necessária a formulação de instrumentos legais normativos e administrativos para fins de inventário, bem como a elaboração dos planos de salvaguarda.

Por fim, cabe dizer que estamos envidando esforços na formação escolar, conscientes da importância da Cultura e do Patrimônio, desde o jardim da infância. Há um projeto na Cidade Velha onde as crianças atuam como guardiãs do patrimônio, e por uma razão bastante simples: é mais fácil uma criança sensibilizar os pais e demais parentes para a importância do nosso patrimônio, do que quaisquer de nós, profissionais da área.

Neste sentido, o fato de contarmos, hoje, com uma Ministra da Educação e do Desporto que já foi Ministra da Cultura, tem sido um importante ponto em nosso favor, deixando-nos esperançosos quanto à introdução da educação para cultura e da educação para o patrimônio, nas grades curriculares já a partir de 2014.

Obrigado!

MOÇAMBIQUE

SOLANGE MACAMO
DIRETORA NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL – MOÇAMBIQUE



Começo fazendo um histórico de como se organizou o setor de patrimônio em Moçambique. O Patrimônio Cultural em Moçambique está dividido em 2 (duas) áreas: Patrimônio Material e a Ação Artístico Cultural, também traduzida como Patrimônio Imaterial, estando a meu cargo a área do patrimônio Material.

O local que hoje abriga a Direção Nacional do Patrimônio Cultural (ao lado) é um prédio histórico, datado de 1800, que foi encomendado ao reino da Bélgica e que está bem conservado por ser um pré-fabricado de ferro. Por esta razão, inclusive, chama-se Casa de Ferro, e por ser um prédio bastante curioso, é muito visitado, sobretudo, por crianças.



Direção Nacional do Patrimônio Cultural (DNPC). Foto: Solange Macamo.

O Patrimônio em Moçambique tem forte presença colonial, notadamente em seus monumentos, mas há também a preocupação em construir novos monumentos que reflitam a realidade atual. O Governo de Moçambique reconhece o papel da Cultura como componente determinante da personalidade dos moçambicanos e considera a sua valorização um elemento fundamental para a consolidação da Unidade Nacional, da identidade individual e de grupo (Constituição da República de Moçambique, 1975).

O Ministério da Educação e Cultura foi criado em 1975, ano da independência de Moçambique, incorporando o Serviço Nacional de Museus. Já na ocasião, a preservação do patrimônio era uma prioridade. Em 1988, aprovamos a Lei nº 10/88, de 22 de dezembro, sobre a proteção do patrimônio cultural, na qual se considera patrimônio, tanto o que foi criado pelo povo moçambicano, como também o que foi integrado, como é o caso da herança colonial.

Em 1982, Moçambique aderiu à Convenção da UNESCO de 1972, sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural. Entre 1987 e 1992, os ministérios da Cultura e da Cultura e Juventude tutelaram a área do patrimônio cultural e ϖ da Ilha de Moçambique, em particular, como Patrimônio Mundial, inscrita na lista da UNESCO em 1991, sob proposta do Governo de Moçambique.

Em 1994, foi aprovado o Regulamento de Proteção do Patrimônio Arqueológico. Nós temos uma costa muito vasta e havia muitos problemas de pilhagens ao patrimônio arqueológico, daí a necessidade do regulamento. No mesmo ano entrou também em funcionamento um órgão semelhante ao IPHAN, que é o Conselho Nacional de Patrimônio Cultural – CNPC, onde os assuntos relacionados à Ilha de Moçambique passaram a receber atenção especial.

Trata-se de um órgão muito temido, porque quando dá pareceres sobre o uso do patrimônio, que muito embora não sejam vinculativos, de certa forma obrigam o Ministro da Cultura a cumprir, uma vez que ele próprio é o Presidente do órgão.

Em 1997 aprovamos uma política cultural que regula a atividade do Governo e a sua articulação com os demais intervenientes na promoção e desenvolvimento da cultura. Alguns dos princípios dessa política são: todos os cidadãos têm igual direito de participação na vida cultural e de acesso e fruição dos benefícios da cultura e da arte; e a cooperação cultural com outros povos baseia-se na interdependência entre Estados e seus sistemas políticos e ideológicos. Portanto, a política abre espaço à cooperação com qualquer país.

Entre 2000 e 2004, o Ministério da Cultura funcionava com duas direções nacionais, a de Patrimônio Cultural, que abrigava todo o patrimônio material móvel e imóvel; e a de Ação Cultural, que tratava das manifestações artístico-culturais referentes às artes cênicas e visuais. Em 2005, o Ministério da Educação e Cultura retomou a proposta de uma única Direção Nacional da Cultura, abrigando o Patrimônio Cultural e a Ação Cultural.

Em 2006, foi aprovado um estatuto específico da Ilha de Moçambique, e criado o respectivo Gabinete de Conservação - GACIM. A missão do estatuto é tornar a Ilha um Centro Educacional e de Turismo Cultural.

Em 2010, pudemos estabelecer duas políticas que consideramos muito importantes: a política de Museus e a política de Monumentos, onde o Patrimônio da Luta de Libertação é priorizado, juntamente com o patrimônio classificado, a Ilha de Moçambique, naturalmente.

Em 2008, foram classificados os Locais Históricos da Luta de Libertação Nacional: Matchedje, Nwadjahane e Chilembene, no âmbito do Patrimônio Nacional. Note-se que os sítios da Luta de Libertação Nacional têm grande importância para o Governo de Moçambique, tanto que mesmo antes da Ilha de Moçambique ser reconhecida como Patrimônio Nacional, ainda que fosse já Patrimônio Mundial, os sítios da Luta de Libertação Nacional se tornaram Patrimônio Nacional.

Em 2009, foi aprovada uma lei paralela à Lei do Patrimônio Cultural, que trata especificamente dos bens relacionados à Luta de Libertação Nacional, dada a sua a importância. No entanto, essa lei é gerida pelo Ministério dos Combatentes, e não pelo Ministério da Cultura, embora os assuntos do patrimônio e a gestão desses patrimônios da Luta de Libertação continuem sendo tratados pelo Ministério da Cultura. Até porque, o Ministério dos Combatentes não são gestores do patrimônio cultural, mas dispõe de investigadores de história, com vista à valorização e preservação do patrimônio da Luta de Libertação Nacional.

Das numerosas tarefas cabíveis à Direção Nacional do Patrimônio Cultural, a que mais nos ocupa é a criação de novos monumentos. Nós temos estátuas do Presidente Samora Machel em todas as capitais provinciais, assim como temos estátuas dos heróis nacionais da Luta de Libertação, que completaram 40 anos desde a sua morte, nas terras onde nasceram. Importa enaltecer a vida e obra desses heróis, a fim de que sirvam de exemplo a gerações presentes e futuras.

O Ministério da Cultura, desde 2010, conta com três direções nacionais: a Direção de Promoção das Indústrias Culturais, que trata, por exemplo, da contribuição da Cultura no Produto Interno Bruto; a Direção de Ação Artístico-Cultural, que trata das manifestações artísticas; e a Direção do Patrimônio Cultural, que hoje é dirigida por mim.

Cabe acrescentar que o Patrimônio Intangível tem sido tratado pelo Instituto de Investigação Sócio Cultural-ARPAC, uma instituição que faz parte do Ministério da Cultura, em coordenação com as Direções acima mencionadas.

Na Direção do Patrimônio temos dois departamentos, o de museus e o de monumentos, que juntos, dão cabo de diversas atividades, a saber: museus, monumentos, conjuntos e sítios, patrimônio arqueológico subaquático, patrimônio cultural mundial da Ilha de Moçambique, políticas de museus e monumentos, patrimônio da Luta de Libertação, monumentos memoriais ou comemorativos e projetos como, por exemplo, a criação do Museu Samora Machel, em Lobatse, Botswana.

Tem sido um desafio ter os nossos heróis reconhecidos nas praças, onde só havia monumentos representativos de personalidades portuguesas. Aliás, grande parte destes monumentos de referência portuguesa foi banida, restando uns poucos, a exemplo do monumento a Vasco da Gama e Luíz de Camões, existentes na Ilha de Moçambique, que foram mantidos a pedido da comunidade local.

Ainda no âmbito das atividades da Direção Nacional do Patrimônio Cultural, realizamos um programa de Formação dos Gestores do Patrimônio em Língua Portuguesa (PALOP). Note-se que ainda hoje, muitas formações da UNESCO são oferecidas nos idiomas inglês ou francês, pondo de lado os participantes de língua portuguesa. Daí a importância deste programa de formação, em português.

Outra atividade é a cooperação com a África do Sul, na gestão do Monumento e Centro de Interpretação da Matola, em Moçambique e de Mbuzini na RSA, respectivamente, em homenagem aos mártires do Apartheid e ao Presidente Samora Moisés Machel e sua delegação, vitimados por um acidente aéreo ocorrido a 19 de outubro de 1986, quando regressavam de uma missão de paz na Zâmbia.

Estamos tratando, ainda, da Inventariação do Patrimônio Cultural Imóvel, na Baixa de Maputo, por meio da identificação com placas dos seus edifícios emblemáticos, com o apoio da Cooperação Espanhola. A Baixa de Maputo foi escolhida por ser uma Zona protegida por Lei. O mesmo processo ocorreu, também, na cidade da Beira, no centro do país, contando com a colaboração da Faculdade de Arquitetura e Planejamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, tendo em vista a impossibilidade de se inventariar todo o nosso património imóvel, seguido da Ilha de Moçambique.

Falando agora um pouco de alguns temas mais específicos, Moçambique tem uma rede de museus bastante especializada que herdamos do período colonial e que vimos dando prosseguimento.

Os museus de Moçambique, somando 31 tutelados e não tutelados, de coleções privadas, de âmbito nacional e local, estão assim distribuído:



Museu Nacional de Geologia

Um dos mais antigos do país, o Museu Nacional de Geologia, ex Museu de Mineralogia e Geologia de Freire de Andrade, foi criado em 1940 e inaugurado em 1943 expondo inicialmente coleções e documentos de trabalho relacionados com a geologia e com as minas e ainda produtos industriais.

Fonte: Departamento de Museus/DNPC.



Museu Nacional da Arte

Um dos mais recentes museus.

Foto: Departamento de Museus/DNPC.



Museu de História Natural

Completou 100 anos de existência.

Foto: Departamento de Museus/DNPC.



Museu Nacional da Moeda

Ocupa um edifício histórico, a primeira casa de alvenaria em Maputo (ex- Lourenço Marques).

Foto: Departamento de Museus/DNPC.



Museu Nacional de Etnologia

Localizado em Nampula, conta uma coleção etnográfica que enquadra quase todos os grupos culturais e étnicos do Moçambique.

Foto: Departamento de Museus/DNPC.



Museu Regional de Inhambane.

Foto: Departamento de Museus/DNPC.



Museu da Revolução

Trata da Luta de Libertação Nacional.

Fonte: Departamento de Museus/DNPC.



Complexo dos Museus da Ilha de Moçambique.

Foto: Departamento de Museus/DNPC.

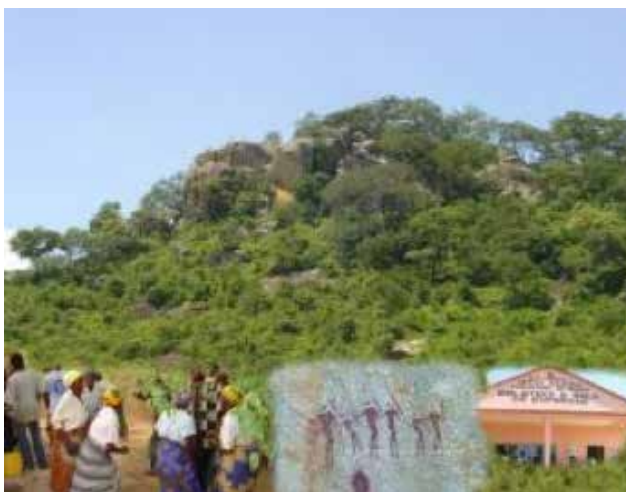


Museu das Pescas do Ministério das Pescas

Criado em resposta à preocupação da sociedade com os nossos recursos hídricos. O projeto do Museu contou com o apoio da Noruega na sua construção, com a supervisão do Ministério da Cultura, no âmbito da implementação da política de Museus.

Foto: Departamento de Museus/DNPC.

Museu Centro Cultural Comunitário de Manica.







Justificativa: O Museus da Manica, inaugurado a 11 de junho de 2006, constitui uma mais valia para a disseminação de informação sobre a arte rupestre na provincia de Manica.

Abrigado em um sítio de patrimônio natural na cadeia montanhosa de Vumba, abriga pinturas rupestres relacionadas às comunidades de caçadores e colhedores, que datam de 3.000 (três) mil anos atrás, ou mais. No Museu de Manica há uma dupla gestão: a gestão formal, que é feita pelo Ministério da Cultura e que prioriza o patrimônio tangível; e a gestão informal, feita pela comunidade, e que prioriza o patrimônio intangível.

Isto porque a comunidade valoriza mais a paisagem e a natureza do que as pinturas rupestres, tendo em vista se tratar de um espaço ritualístico/religioso, onde são realizadas cerimônias para o exercício das suas crenças, a exemplo das cerimônias de pedido de chuva. Esse uso por parte da comunidade faz com que o patrimônio tangível acabe por ser preservado. Cabe dizer que ninguém visita as pinturas rupestres sem autorização dessas comunidades, o que nos dá a segurança de este sítio não será destruído. O estudo sobre a custódia tradicional do patrimônio arqueológico, em Moçambique, foi feito por Albino Jopela, docente do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane.

Foto: Departamento de Museus/DNPC.



Há, ainda, o projeto de criação do **Museu dos Caminhos de Ferro** e outros, perfazendo um total de 31 museus entre privados, públicos e as casas museus, que são as residências de personalidades moçambicanas, transformadas em homenagem aos seus ilustres moradores, a exemplo das casas: de José Craveirinha, escritor; de Malangatana, artista; e de Chissano, escultor. Todos já falecidos.

Em face desta realidade, faz-se importante a promoção de iniciativas voltadas à troca de informações e ao estabelecimento de políticas com vista à criação e gestão destas instituições.

Foto: Departamento de Museus/DNPC.

No âmbito do Patrimônio, outras ações vêm sendo tratadas, como é o caso da proposta do Regulamento de Proteção de Bens Culturais Imóveis e o estabelecimento de classes de patrimônio, visando à sua classificação. A proposta surgiu da falta da definição de classes do patrimônio, capazes de possibilitar medidas de intervenção que sejam sustentáveis para a sua conservação.

Em 2008, submetemos uma proposta de classificação ao Governo como produto de um trabalho árduo, que envolveu a participação das diversas direções das províncias na identificação dos bens passíveis de classificação. Todavia, esta proposta não foi aprovada, tendo em vista não contemplar as Bases das Lutas de Libertação Nacional em número suficiente, levando a crer que não estávamos considerando devidamente o nosso percurso histórico e as nossas tradições. De lá para cá, vimos reformulando esse trabalho, mas ainda não concluímos, porque fazer a inventariação desse patrimônio não é tarefa fácil. Recebemos inúmeras críticas, tanto da comunidade, como também dos empreendedores locais, em função do entendimento equivocado de que nenhuma intervenção seria permitida num bem tombado, qualquer que fosse ele. Mas demos um importante passo e conseguimos promover a atribuição de classes ao patrimônio, com a ajuda da nossa Faculdade de Arquitetura e Planejamento Físico, através dos arquitetos Júlio Carrilho e Luís Lage.

Desta forma, e considerando a importância da conservação sustentável do patrimônio cultural são atribuídas as classes a seguir exemplificadas, consoante seu valor relativo no âmbito dos Monumentos, Conjuntos e Sítios (doravante designados bens culturais imóveis):

CLASSE A

Aplica-se aos bens culturais imóveis com valor notável do ponto de vista do construído, ou outro, em cuja intervenção pretenda a reposição do seu estado original: manter o significado cultural

Tomemos como exemplo a capela de Nossa Senhora do Baluarte, em estilo Manuelino, que temos na Ilha de Moçambique (à esquerda). Nesta capela, aplicamos a Classe A, porque nada na construção pode ser alterado, nem mesmo as pedras tumulares que lá estão, já que têm um grande significado cultural. No entanto, ela pode ter outra função, desde que o significado cultural do imóvel seja respeitado.







Fotos: Albino Jopela.

CLASSE B

- Aplica-se aos bens culturais imóveis com valor histórico e cultural, onde são permitidas alterações que possibilitem atribuir-lhe novas funcionalidades.

- Estas alterações só podem consistir em operações de reparação e reabilitações que, mantendo a imagem e a traça original no exterior dos edifícios, inclusive por processos de modernização nas tecnologias e materiais, permite garantir maior longevidade e maior conforto no seu uso ou na sua funcionalidade para acolhimento de novos usos.

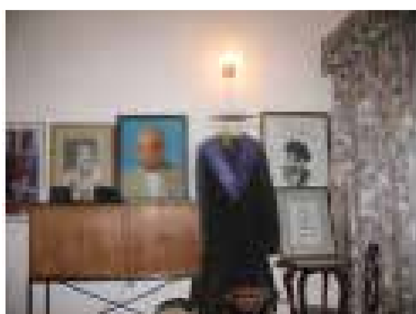


Na Classe B, temos, por exemplo, um edifício público onde podemos permitir que ocorram alterações em seu interior, de forma a dar uma nova funcionalidade ao imóvel. Mas as fachadas têm que ser mantidas.

CLASSE C

Aplica-se aos bens culturais com valor notável do ponto de vista da história, ambiente, paisagem, religião, estética, a serem preservados pelo seu valor histórico, como memória cultural, ou pela importância ambiental nele criado, em relação aos quais se admite operações qualificadas de reestruturação ou demolição parcial com vista à sua modernização e adequada inserção no conjunto em que se insere, no quadro dos programas de desenvolvimento fundamentais, consensualmente definidos.









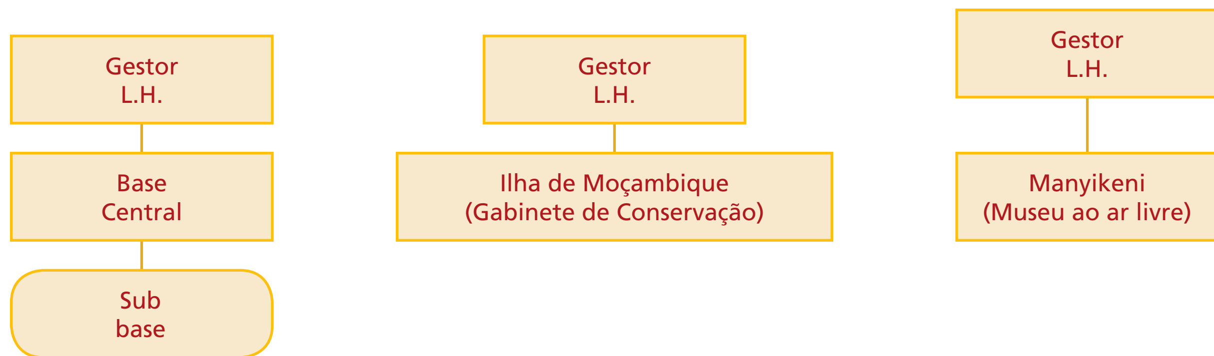
Fonte: Inventário Nacional do Património Cultural.
Foto: Arquiteto Domingos Macucule.

Nesta Classe é possível fazer algumas reestruturações e demolições parciais. A título de exemplo, mostramos aqui um bairro suburbano onde a degradação é enorme, colocando em risco de vida das pessoas, mas a segurança da comunidade é a prioridade. Por esta razão aplicamos a Classe C, que mantém o significado imaterial do lugar, a memória, em detrimento do aspecto físico.

Uma das grandes discussões em Moçambique tem sido a problemática em torno da gestão do patrimônio, porque temos monumentos em quase todas as capitais. Alguns mais novos, como é o caso dos monumentos dos heróis da Luta de Libertação Nacional, e outros anteriores à independência. E como gerir esse patrimônio?

O que ficou claro para todos nós é que a gestão tem que ser pública e privada. O setor privado trata das atividades relacionadas ao turismo, enquanto o Ministério da Cultura trata da parte museológica.

EXEMPLOS DA GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA DE LOCAIS HISTÓRICOS OS CONSELHOS MUNICIPAIS DEVERÃO RESPONDER PELA GESTÃO DE MONUMENTOS MEMORIAIS NO SEU TERRITÓRIO (MODELO AINDA EM ESTUDO)



Fonte: Projeto do Engenheiro Carlos Chissano. Ministério da Educação e Cultura.

No âmbito dos PALOP[6], importa priorizar as formações de língua portuguesa. Mais que isto, importa cuidarmos juntos do patrimônio Subaquático. Seria bom que tivéssemos um projeto comum, porque esse patrimônio iria beneficiar muito mais pessoas.



A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL SUBAQUÁTICO

Os Estados Membros da Convenção de 2001 formam uma comunidade que pode alcançar, através de um projeto comum, muito mais do que um país isolado pode conseguir

Prospecção e resgate arqueológico subaquático no futuro terminal portuário de Nacala - A Velha.

Com permissão do Dr. Ricardo T. Duarte.
Universidade Eduardo Mondlane. Departamento de Arqueologia e Antropologia

6. A sigla PALOP significa Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.

A outra questão que eu gostaria de trazer aqui para partilhar, acerca da gestão do patrimônio, é quanto ao posicionamento que vimos ocorrer, em que se considera patrimônio apenas o patrimônio atual. A título de exemplo, temos aqui (abaixo, à esquerda) esta belíssima estátua, que é da 1ª Guerra Mundial. Percebam que, tanto africanos como europeus morreram durante a 1ª Guerra Mundial, mas como vocês podem notar, carros estão sendo lavados e seus tapetes são pendurados no monumento. Já este outro monumento (abaixo, à direita), como é novo, de um Herói Nacional da Luta pela Libertação, recebe maior atenção da população.



Estátua da Primeira Guerra Mundial.
Foto: Solange Macamo.



Monumento em homenagem ao Presidente Samora Moisés Machel.
Foto: Solange Macamo.

De fato, isto tem sido um dilema em Moçambique, porque nós, como gestores do patrimônio, ainda não conseguimos fazer as pessoas entenderem que tudo isto é herança, e que desta forma, ao invés dessas pessoas pendurarem tapetes no patrimônio, podem passar a receber turistas e explicar a história por trás desses monumentos. À luz da legislação, todo o patrimônio edificado é reconhecido em *Moçambique, independentemente do período histórico que representa. Daí a importância do* trabalho em curso que visa o estabelecimento de um modelo de gestão do patrimônio cultural.

A lei de Proteção do Patrimônio Cultural define as responsabilidades estatais na preservação, valorização e promoção do patrimônio cultural, cabendo a sua implementação ao Ministério da Cultura. Desta forma, o município, como depositário do patrimônio, não pode autorizar obras nos edifícios do patrimônio sem o parecer do Ministério da Cultura. Geralmente, isto tem sido respeitado, mas, eventualmente, temos tido alguns problemas, como o exemplo a seguir.

Trata-se de um edifício centenário onde se formou a primeira sede da Associação de Defesa da Comunidade Nativa, alicerce da Luta pela Libertação Nacional. Muitos dirigentes se reuniram neste edifício para traçar estratégias da Luta pela Libertação, mas por desconhecimento do seu real valor patrimonial, o edifício foi destruído da noite para o dia.





Fotos: Arquiteto Gianfranco Gandolfo

APRESENTAMOS ALGUNS EXEMPLOS DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO:

Gestão do Monumento e Centro de Interpretação da Matola: Moçambique e África do Sul




Monumento e o Centro de Interpretação da Luta Contra o Apartheid.
Projeto Arquiteto Vicente Joaquim.

Inventariação do patrimônio imóvel: Baixa de Maputo (conjunto classificado).



Por fim, cabe dizer que gestores formados em patrimônio cultural são em número bastante reduzido em Moçambique, restando sempre às mesmas pessoas todo o trabalho. Não porque não existam profissionais,

porque vimos formando alguns técnicos por província. Ocorre que não temos recursos financeiros para a sua contratação. Há também a carência desses recursos para a conservação desse patrimônio.

DESAFIOS

- Os gestores do patrimônio cultural ainda são insuficientes;
- A concentração da execução de atividades pelas mesmas pessoas com experiência e formação cria saturação;
- Faltam recursos financeiros e materiais, sem os quais não é possível manter e conservar o patrimônio;
- O patrimônio cultural moçambicano é um recurso que começa a ser explorado pelo turismo, mas deve beneficiar a comunidade e contribuir para o seu desenvolvimento (formação de guias, serviços de restaurantes).



SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

MARIA NAZARÉ DE CEITA
DIRETORA DO COMITÊ NACIONAL PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL





São Tomé e Príncipe.
Foto: Maria Nazaré.

Inicialmente, apresentamos alguns dados gerais: com uma superfície de 1.001 km² e uma população de 180.000 habitantes (segundo o recenseamento de 2011), o espaço territorial é composto por duas ilhas principais, São Tomé e Príncipe, e vários ilhéus, sendo os mais importantes, Rolas, Cabras, São Miguel e Boné de Jóquei. Colônia de Portugal desde o século XV, São Tomé e Príncipe tornou-se independente em 12 de julho de 1975.

Sua população é composta de africanos – oriundos de Manicongo, antigo Reino do Congo, de Angola e todo o Golfo da Guiné – trazidos para as ilhas, após seu achamento, no século XV, para trabalhar nas plantações da cana-de-açúcar e também de portugueses de várias origens.

No século XVIII, com a intensificação do tráfico de escravos para as Américas, as ilhas tornaram-se principal entreposto da região, com uma forte circulação a partir da Costa da Mina, onde Portugal tinha presença militar.

No século XIX, a partir da Conferência de Berlim[7], é iniciada a chamada colonização efetiva, o que resulta em um aumento do contingente populacional para São Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde, mas também um significativo contingente populacional oriundo da Serra Leoa, que vem trabalhar nas plantações do cacau e café. Houve uma pequena tentativa de introdução de *coolies* chineses, indianos e judeus.

Atualmente, as ilhas são diferenciadas pelos seguintes grupos etno-linguísticos, distintos pelos crioulos falados: o forro, o angolar e os minu'ie da ilha do Príncipe. Destaca-se ainda que, sobretudo, na ilha do Príncipe – resultado de uma enorme solicitação de mão-de-obra, que as ilhas não possuíam – foi fomentada a emigração cabo-verdiana para o desenvolvimento da economia cacaueira, tendo ficado um legado linguístico indelével, bem notável nos nossos dias.

Isto posto, passaremos a seguir a apresentar, sucintamente, em primeiro lugar, as questões do patrimônio cultural e natural de São Tomé e Príncipe, reconhecendo a presença portuguesa no arquipélago.

Tratando do patrimônio edificado do nosso país, podemos afirmar que este se cristaliza em obras de natureza religiosa e militar (igrejas e fortalezas) enquadradas numa primeira fase da colonização portuguesa, nas duas cidades, São Tomé e Santo Antônio, nos séculos XVI ao XVIII.

Na arquitetura religiosa destacamos as igrejas da Conceição, da Madre Deus, da Penha, da Sé Catedral e de Nossa Senhora do Rosário, na ilha do Príncipe. Há, ainda, a assinalar, nesse contexto, a existência das ruínas de um engenho da cana-de-açúcar da Praia Melão, a que se referem algumas fontes primárias como o local, onde Amador – escravo revoltoso que viveu nos finais do século XVI – concentrou uma falange do seu exército contra as autoridades portuguesas de então.

7. *A Conferência de Berlim*, realizada entre 19 de novembro de 1884 e 26 de fevereiro de 1885, teve como objetivo organizar, na forma de regras, a ocupação de África pelas potências coloniais e resultou numa divisão que não respeitou, nem a história, nem as relações étnicas e mesmo familiares dos povos desse continente. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%AAncia_de_Berlim.



Igreja de N. S. da Conceição.
Foto: Maria Nazaré.



Igreja de Bom Despacho.
Foto: Maria Nazaré.



Igreja da Sé Catedral.
Foto: Maria Nazaré.



Ruínas do Engenho de açúcar da Praia Melão.
Foto: Maria Nazaré.

No patrimônio arquitetônico militar encontramos algumas fortalezas que teriam sido construídas para proteger as ilhas dos ataques dos corsários holandeses e franceses que, no segundo quartel do século XVII, se tornaram rivais dos portugueses no Atlântico. Podemos encontrar os vestígios de um desses fortes na Baía do Príncipe e na cidade de São Tomé, onde existe um conjunto de três pontos defensivos formado pelas fortalezas de São Sebastião –construído em meados de 1675 e onde funciona, atualmente, o Museu Nacional de São Tomé e Príncipe – de São Jerônimo e de São José.

Da Fortaleza de São Jerônimo existem apenas as ruínas, confinadas atrás do Hotel Pestana – um complexo hoteleiro moderno, cuja construção provocou fortes contestações da sociedade civil, por não ter sido previsto um programa para a preservação do forte – e da Fortaleza de São José sobraram vestígios pouco significativos.



Fortaleza de São Sebastião.
Foto: Maria Nazaré.



Ruínas do Forte de São Jerônimo
http://1001quilometrosquadrados.blogspot.com.br/2010/04/forte-de-s-jernonimo.html

Os edifícios, cuja construção se reporta ao século XIX, em ambas as cidades e suas zonas circundantes, correspondem a um momento de revolução urbana e modernizadora, resultado da introdução de novas culturas lucrativas, que encontrariam nesses espaços formas de financiamento e de distribuição dos seus produtos. É assim que, no centro da cidade, imponentemente, se destaca o edifício do Banco Nacional Ultramarino, principal entidade financiadora da economia cacaueira, que também funcionaria como centro de investimentos.

Os roceiros e comerciantes fariam, por via desse momento propício para o aumento de riqueza, inúmeras construções de dois pisos de alvenaria ou mista, para além das que seriam erigidas pela Baía de Ana Chaves, armazéns de cacau, cujos sacos do produto esperariam pelo embarque para a Europa, uma vez que as Alfândegas e o porto se encontravam nas redondezas. Destacamos, ainda, a existência de ambas as pontes em frente ao Banco, locais de desembarque da mão-de-obra serviçal proveniente das antigas colônias portuguesas africanas e outros (como os *coliees* chineses, trabalhadores da Serra Leoa, chamados pelos ilhéus, de ‘ingleses negros’). Para a gestão dessa mão-de-obra expatriada e forçada, se construiria não longe do local de desembarque, o edifício da Curadoria dos Serviçais e Colonos e os antigos armazéns (hoje desaparecidos) para onde eram conduzidos, após desembarque, os trabalhadores recém-chegados com vista à sua distribuição pelas diversas roças, ação esta resultante das negociações entre angariadores dos trabalhadores nos locais de recrutamento, Junta da Emigração e Repatriação, e os roceiros.

Banco Central de São Tomé e Príncipe, antigo Banco Nacional Ultramarino. Foto: Maria Nazaré.



Outros edifícios patrimoniais que surgiriam no século XX complementariam o que supra citamos, sobretudo, a modernização implementada pelo governador dos anos 1950, Carlos de Sousa Gorgulho, que brindou a cidade com a abertura de novos arruamentos, pavimentação das vias, saneamento do meio urbano, e outras obras, tais como o Estádio Sarmento Rodrigues (atual Estádio Nacional 12 de Julho), o Bairro Salazar (atual Bairro 3 de Fevereiro) e as casas construídas tipo *chalet*, na base do trabalho forçado ao longo da Avenida Marginal 12 de Julho, a Creche Lactário (atual Centro do Programa Materno Infantil), o Centro antituberculoso (atual Ministério da Saúde) o Mercado Municipal, o Posto Sanitário, o Cinema Império (atual Cinema Marcelo da Veiga). Aliás, o fundamental desse traçado urbano e todos os edifícios a que fizemos referência, existem até hoje.



Edificação da década de 1950.
Foto: Maria Nazaré.

A rede mais importante das edificações de São Tomé e Príncipe são as *roças*, cuja administração era centralizada, sendo que até a Independência do país ocuparam cerca de 90% de todo o território.

Na sua essência, a palavra 'roça' significa rompimento de terras para cultivo. Assim, depois da derrubada da maioria das árvores e do mato ser ceifado, que muitas vezes se acumulam em montículos, estas são queimadas, reduzindo a maioria dos detritos à cinza, deixando o solo 'preparado' para a lavoura ou para a sementeira que antecedem às primeiras chuvas.

Conforme as aptidões das terras ou a riqueza do patrimônio alimentar, a roça pode ser feita para um ou mais produtos, mas sempre, inicialmente, para produtos de subsistência. A partir do século XIX, é aplicada a grande propriedade lucrativa identificada com uma estrutura agrária dedicada a produtos ricos, orientada para o sistema capitalista de exploração da terra baseada na monocultura do cacau, café coconote ou copra.



Da sua arquitetura, de um modo geral, faziam parte um *terreiro*, que compreendia a casa do administrador, as senzalas, creche, escola, às vezes uma igreja ou capela, hospital ou posto sanitário – de acordo com a quantidade de trabalhadores a prestar serviço – farmácia anexa ao hospital, maternidade, casa mortuária, cemitério (como verificamos na Roça Água Izé), as oficinas gerais, armazéns, instalações tecnológicas e fabris, residências para os estrangeiros, cantina e senzala, onde viviam os serviçais contratados. Nas roças maiores foram construídos caminhos de ferro que, em 1910, já haviam atingido cerca de 70 km. Em algumas, inclusive, foram implantadas a tração a vapor, manufatura moderna importada da Inglaterra, novidade da revolução industrial.

Local onde se estabeleceram tantas heterogeneidades, a maior parte em regime hermético e opressor – onde eram, inclusive, praticados castigos corporais – o espaço revela-se como o maior laboratório cultural da época. As roças representam, então, não apenas o paradigma da sua arquitetura, mas também do próprio país e da sua própria cultura, constituindo a memória e herança mais profunda do povo são-tomense.

Hospital da Roça Água Izé.
Foto: Maria Nazaré



Roça Monte Café.
Foto: Maria Nazaré.



Casa da Roça Santa Cecília.
Foto: Maria Nazaré.



Residência senhorial na Roça Uba Budo.
Foto: Maria Nazaré.

Além disso, temos que levar em conta outra face do patrimônio de origem portuguesa que é a escultura monumental, representada na sua maior parte pelos "descobridores" portugueses, hoje reunidas em frente à Fortaleza de São Sebastião, em razão das opiniões nacionalistas divergentes. Cabe-nos assinalar ainda, o Monumento do Descobrimento, que marca a chegada dos portugueses à ilha, situado em Anambó.



Marco do Descobrimento, em Anambó.
Foto: Maria Nazaré.

Existe, no extremo sul da ilha de São Tomé (ilhéu das Rolas), o Padrão do Equador, que pela sua importância científica, assinala a passagem da linha do Equador pela ilha citada. Erigido em 1936, marcou os trabalhos geodésicos e astronômicos realizados por Gago Coutinho, entre 1916 e 1918.

Sobre o patrimônio arquitetônico dos ilhéus existem poucas pesquisas, sendo que a mais importante foi realizada por Francisco Tenreiro, que na sua tese de doutoramento faz uma sumária abordagem quanto à habitação tradicional santomense, as quais, sob o ponto de vista dos materiais construtivos, se baseiam em elementos vegetais. De uma forma geral, são estruturas de uma ou duas divisões, de reparação periódica porque bastante frágeis e facilmente e perecíveis.

Dentre as ações de inventário, podemos apontar a sua evolução, o seu quadro institucional, o legal e as atividades concluídas.

Desde o período colonial e já no pós-colonial, foram realizadas várias iniciativas de proteção, preservação e promoção do patrimônio santomense, assim como diligências outras de caráter privado ou público, por vezes envolvendo a sociedade civil como a NATCULTURA, por exemplo.

No quadro da política cultural surgida já a partir de 30 de setembro de 1975, importa destacar a iniciativa da constituição de um Museu Nacional. Logo nos primeiros dias que se seguiram à Independência desenrolou-se um processo de identificação e seleção do patrimônio que havia sido nacionalizado, especialmente das grandes roças. A constituição do acervo museológico resultou do inventário e seleção de objetos, de diversas proveniências, em todo o país e em todas as propriedades agrícolas de São Tomé e Príncipe, sendo o Museu constituído de peças de arte.

Também foram incorporados ao Museu peças com valor excepcional dos serviços do Estado, incluindo o Palácio Presidencial e a Câmara Municipal de São Tomé, entre outros, e também de alguns proprietários particulares. Embora valorizado, existe uma grande preocupação com a conservação das coleções expostas nesse museu, devido a sua situação geográfica, porque ele fica situado à beira mar, submetendo as peças, sobretudo as de metais e madeira, à ação nefasta do salitre, térmitas, entre outros.

Ainda nesta fase, cabe-nos salientar que foi publicado pelo Ministério da Educação e Cultura Popular, o Decreto-Lei nº19/1976 que, acrescentou, além dos serviços próprios da educação, os seguintes serviços culturais: o Arquivo Histórico, o Museu Nacional e a Dinamização Cultural, este último, responsável pela disseminação, promoção e valorização da cultura popular, levando atividades às zonas mais recônditas do país.

Ainda com vistas à conservação e salvaguarda do patrimônio edificado, nos anos 1980, um grupo de estudantes da Faculdade de Arquitetura da Universidade Nova de Lisboa fez uma seleção exaustiva de materiais, base de um inventário do patrimônio nacional.

Atualmente, lamentavelmente, muito do patrimônio das ilhas necessita ser preservado, com particular destaque nas roças, em função do resultado de uma estratégia mal definida do poder político que implantou uma ação de divisão das terras em pequenas parcelas e distribuição aos médios e pequenos agricultores, com o objetivo de implantar a liberalização econômica proposta pelo FMI e Banco Mundial, atuantes no país desde 1987 e responsáveis pelas medidas neoliberais na economia.

Desta ação resultou um afastamento do Estado na gestão direta das infraestruturas, deixando casas senhoriais a mercê de trabalhadores que as ocuparam, na sua maior parte, sem impedimentos, num total desrespeito pelas regras mais elementares e sem que as autoridades tivessem mecanismos para contrariar essa tendência.

Em 1995 foi elaborado um Programa de Conservação do Patrimônio Nacional com o apoio da UNESCO e da cooperação francesa e sob a coordenação do Secretariado Geral da Comissão Nacional de São Tomé e Príncipe para a UNESCO. O programa baseou-se na constituição de dossiês que compilaram as informações das fichas de inventário, referentes à primeira fase do estudo, realizado por Paul Émile Simon, arquiteto-urbanista e consultor da UNESCO, com o apoio de quadros nacionais.

Tal estudo, baseado em códigos e referências, trabalhou com os seguintes fundamentos:

1. Bens culturais cujos elementos tiveram como pano de fundo os sítios naturais, os sítios rurais e urbanos, os edifícios, os bens móveis, obras de arte e de exclusiva engenharia civil;

2. Divisão geográfica por distritos administrativos, usando diferentes cores de fichas de inventário e signos: AG/Água Grande, MZ/Mé zochi, GL/Cantagalo; CA/Caué; LE/Lembá, BT/Lobata; RA/Região Autónoma do Príncipe;

3. Sítios naturais (todo o litoral das ilhas), as cascatas, baías, os acidentes naturais, os mirantes, etc.

4. Os sítios, onde a qualidade do ambiente deverá ser mantida em bom estado sanitário, tal como os sítios de captação de água potável;

5. Os edifícios rurais imponentes das roças e as casas da senzala;

6. Os edifícios urbanos;

7. Outros edifícios de todo o país.

Importa mencionar que só passados quase dez anos seria redigida a Lei do Patrimônio Histórico-Cultural Nacional, Lei nº4/2003, na qual se inclui o processo de inventário como instrumento indispensável e fundamental de proteção e de salvaguarda do patrimônio nacional santomense. Atualmente é a Direção Geral de Cultura, instituição sob tutela do Ministério da Educação, Cultura e Formação, que se encarrega das questões relacionadas ao patrimônio.

Embora haja uma lista indicativa de bens em vias de classificação, não existe, até a data presente, patrimônio classificado em São Tomé e Príncipe. Ou seja, ainda que exista legislação específica para a proteção do patrimônio cultural, em vigor desde 2003, os trabalhos nesse sentido ainda não foram iniciados.

No que diz respeito à adesão de São Tomé às Convenções da UNESCO, o país ratificou as convenções para a defesa do patrimônio mundial, cultural e natural (1972) e para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial (2003), encontrando-se no Conselho de Ministros, para aprovação, as convenções de 1970 (sobre o tráfico ilícito dos bens culturais) e a de 2005 (sobre a diversidade das expressões culturais).

Em 2008, foi encaminhada à UNESCO a apresentação preliminar da candidatura do Tchiloli ou Tragédia do Marquês de Mântua, alto carolíngio excepcional, à lista do Patrimônio Imaterial Mundial, tendo recebido orientações da organização no sentido de se complementar os dados da fundamentação teórica e legitimação comunitária.

Na sequência da ratificação das Convenções da UNESCO, os países africanos, especificamente, São Tomé e Príncipe, deparam-se com obstáculos de nível técnico que dificultam a apropriação dessas ferramentas internacionais em proveito da salvaguarda e valorização do seu patrimônio cultural. Esta dificuldade advém,

sobretudo, da falta de profissionais especializados para desempenhar as competências necessárias para a concepção e a realização técnica de programas de inventário e de gestão do patrimônio cultural.

Destarte, o inventário se constitui em uma etapa necessária à gestão integrada do patrimônio, uma vez que ao permitir identificá-lo, podem ser definidas as orientações para uma gestão eficaz, através de ações concretas, estabelecendo metas e fixando prioridades. De modo a minimizar esta necessidade urgente, o Bureau Regional da UNESCO de Libreville (Gabão) organizou, em 2007 e 2009, em São Tomé e Príncipe – sob a coordenação científica da Escola do Patrimônio Africano (EPA) e o acompanhamento logístico do Ministério da Cultura de São Tomé e Príncipe – dois ateliês destinados a cerca de trinta quadros africanos e nacionais provenientes dos serviços culturais ou do patrimônio de diferentes países do continente.

Essas formações tiveram como objetivo preparar profissionais capacitados na realização de um programa nacional de inventário do patrimônio cultural imóvel, bem como na elaboração de um plano de gestão e de elaboração de dossiês de submissão de bens às listas do Patrimônio Mundial.

Ainda ligado à formação de profissionais na área da cultura, as mesmas entidades organizaram, também em 2009, um ateliê intitulado "*O Público e Atividades de Animação dos Museus em África*", com o objetivo de se promover a reflexão sobre os desafios relacionados ao aumento da frequência do público nos museus, com a finalidade de reconversão da função social dos museus., a partir daí, um programa de animação denominado "O Museu vai à Escola e a Escola ao Museu", tendo como público-alvo os alunos da rede escolar.

Em 2011, o "Programa de Apoio às Iniciativas Culturais - PAIC/PALOP", da União Europeia, organizou simultaneamente duas formações nas áreas dos arquivos, dos museus e das bibliotecas, visando à melhoria da gestão e salvaguarda dos acervos existentes, ambas orientadas por experts da Guiné-Bissau.

Essas duas iniciativas, a primeira, de caráter público e a segunda, de âmbito privado, foram realizadas em novembro de 2011, e tinham como objetivo a reflexão sobre o patrimônio cultural em São Tomé e Príncipe.

O Fórum Nacional da Cultura, organizado pelo Ministério da Educação Cultura e Formação, foi um momento de análise e reflexão acerca das problemáticas da cultura com vista à definição das suas políticas, promoção e divulgação, definindo os mecanismos e procurando meios para iniciar um processo de recuperação e consolidação dos elementos que sustentam a identidade cultural santomense, abrindo espaço para o debate público, envolvendo investigadores, educadores, sociedade civil, artistas e todos aqueles relacionados que se preocupam com a questão cultural. Partindo desses pressupostos o Governo procurou elaborar um *draft* de política cultural, cuja carta foi recentemente aprovada no Conselho de Ministros.

A outra iniciativa (privada) colocada em prática foi a Bienal da Arte e Cultura, realizada a cada dois anos por uma ONG, a Roçamundo, a Cacau e a Teia de Arte, com a ampla participação dos artistas nacionais e instituições privadas, constituída por exposições temáticas sobre o patrimônio histórico, conferências diversas, oficinas da escrita, promoção da culinária, etc.

Em 2012, o já citado Bureau Regional coordenou a organização das ações para São Tomé e Príncipe e Guiné Equatorial, realizando um importante *workshop* sobre a implementação do Patrimônio Cultural Imaterial em São Tomé e Príncipe, que para além de sensibilizar os participantes sobre esta questão, incentivou a criação, em 2013, do Comitê Nacional para a salvaguarda desse patrimônio – que em um prazo de cerca de dois anos, tem a incumbência de inventariar e propor medidas de preservação e salvaguarda do patrimônio cultural imaterial –, oferecendo informações e promovendo ações preliminares para a realização de inventários nesse domínio, sendo o consultor dessa formação, técnico do IPHAN.

Algumas leis bastante importantes acabaram de ser aprovadas, especificamente, o decreto-lei sobre monumentos e sítios e outra sobre a criação de Comissão Técnica para salvaguarda e preservação do patrimônio histórico-cultural, após dez anos da aprovação da Lei nº 4/2003.

Outra importante medida adotada é que em maio de 2013, a ilha do Príncipe foi declarada Reserva Mundial da Biosfera, pela UNESCO como resultado da boa conservação da sua natureza endêmica (flora e fauna), resultado da participação ativa da Rede Bios.

Na área dos arquivos – destacando-se que talvez o Arquivo de São Tomé e Príncipe seja o mais importante dos nossos países, porque seu acervo permite um estudo apurado das questões de mão-obra escrava e serviçal – um grande trabalho de preservação e conservação vem sendo realizado desde 1998. Embora a falta de profissionais e o envelhecimento dos quadros seja uma realidade a não descurar, passos significativos foram dados no que diz respeito à digitalização dos acervos, especialmente das fotografias, dos mapas e dos documentos primários.

Outra iniciativa a ser mencionada é a criação de um museu temático do café que acaba de ser inaugurado na Roça Monte Café, como uma forma de incentivar o turismo rural nas ilhas.



Roça Monte Café. Foto: Maria Nazaré.

Quanto às estratégias, políticas de salvaguarda e cooperação, temos vários problemas que precisam ser resolvidos, sendo o principal deles, no aspecto institucional, que o setor do patrimônio não pode continuar diluído numa Direção Geral da Cultura, com os problemas de funcionamento e exequibilidade dos seus programas.

Devido a essa condição de penúria, com uma falta de quadros sem precedentes, restrições orçamentárias que não permitem a criação de mais instituições, estão sendo preparadas as condições para a criação de um Instituto de Patrimônio Cultural; a criação, respectivamente, do Comitê e da Comissão para a salvaguarda do patrimônio cultural e imaterial constituem também passos significativos para atingir tais objetivos.

Já não é possível ignorar a necessidade para suprir a falta ou envelhecimento de quadros técnicos. Os estudantes das universidades têm sido chamados para preencher o vazio e a inoperância dos trabalhos museológicos, dos arquivos e das outras áreas do patrimônio. Infelizmente é uma solução paliativa porque para além dos seus contratos serem de curto prazo, muitos abandonam o setor quando recebem promessas mais atrativas de salário em termos do emprego.

Há necessidade da criação de especializações de maior duração, porque até aqui as formações têm se resumido a seminários e *workshops* realizados em uma semana, três dias, o que tem se demonstrado insuficiente, por isso, o incentivo às iniciativas de formação Sul-Sul, como a proposta por Moçambique, em 2009, e que está sendo trabalhado no presente seminário promovido pelo Centro Lúcio Costa, sem desconsiderar as formações promovidas pela Escola do Patrimônio Africano do Porto–Novo/EPA.

Com esse objetivo, deveriam ser ultrapassadas algumas barreiras que parecem intransponíveis como, por exemplo, o custeio do deslocamento de técnicos para participar de eventos fora do país, como no caso de dois dos nossos que não puderam deslocar-se ao Benim para fazer um curso universitário no EPA por falta de financiamento. O patrimônio perde e o país também, e talvez essas dificuldades possam ser ultrapassadas em conjunto.

É também possível perceber a necessidade de se estabelecer convênios com as universidades para a circulação de docentes na área do patrimônio, visando à atuação em módulos temáticos tais como: inventário, classificação de bens e seus valores de excepcionais, formulação de listas indicativas e suas técnicas, entre outros temas.

Ainda deve ser considerada a necessidade da realização de um trabalho de sensibilização das comunidades, que vem destruindo o que a valoriza e a promove enquanto ser humano e cultural, podendo-se citar como exemplos os edifícios das roças e os monumentos.

Por outro lado, é importante se aproveitar a cooperação entre os PALOP e o Brasil para inventariar bens comuns documentais, edifícios com os mesmos traços e também apresentá-los conjuntamente à Lista do Patrimônio Mundial, como, por exemplo, no caso do centro histórico de São Luís, no Maranhão ou de Salvador, na Bahia, mostrados na apresentação, onde é possível perceber que guardam semelhanças aos de São Tomé ou Santo António.

Também podem ser aí incluídas as irmandades, o bumba meu boi que desapareceu em São Tomé, mas que é ainda vivo no Brasil, a culinária com o uso do carurú (calulú em S. Tomé e em Angola), a mukeka, as questões da cultura espiritual e antropológica (como a entrada em transe para a cura dos doentes) etc. Para citar como exemplo, fruto de uma reunião sobre a cultura espiritual na UNESCO, em Paris em 2007, São Tomé e Príncipe e o Gabão estão discutindo a apresentação de um bem imaterial comum aos dois países que é 'pagá devê'.

Ainda podemos mencionar a solicitação de assistência técnica para assessorar as diferentes etapas técnicas de classificação do inventário.

Para finalizar, menciono uma iniciativa do Ministério da Cultura do nosso país que, em conjunto com a Faculdade de Arquitetura da Universidade Nova de Lisboa, a Comissão Nacional para a UNESCO, a Cacau e a Roçamundo – todas entidades privadas – estão criando as bases para a candidatura da cidade de São Tomé como Paisagem Cultural da Humanidade.

Obrigada!

Patrimônio Mundial

ANGOLA - M'Banza Congo

ZIVA DOMINGO
DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE ANGOLA



Em destaque: Cidade de M'banza Congo (Antigo São Salvador). Situado no norte de Angola (Provincia do Zaire).
Foto: Mapa administrativo de Angola. Disponível em <http://www.nationsonline.org/oneworld/map/angola_map2.htm>.

Um dos desafios do governo angolano é conseguir inscrever o primeiro bem na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Neste momento, estamos preparando a candidatura da cidade histórica de M'Banza Congo, sobre a qual versará esta apresentação, e que será dividida em duas partes. Começo falando sobre a política cultural e a gestão do patrimônio em Angola, passando em seguida ao processo de inscrição de M'banza Congo.

A Política Cultural de Angola é um instrumento novo, que foi aprovado em janeiro de 2011. Tem duração prevista para os próximos 10 (dez) anos, e reconhece o patrimônio como sendo um dos pilares do desenvolvimento sociocultural e econômico de Angola. Além da Política Cultural, temos: a Lei do Patrimônio, que define os procedimentos de como gerir o patrimônio; e o Regulamento do Patrimônio Imóvel, que define os mecanismos práticos sobre a preservação e valorização do patrimônio em nível nacional.

São estes os instrumentos legais que utilizamos hoje a fim de garantirmos uma gestão eficiente e eficaz do patrimônio cultural angolano. Institucionalmente, temos o Instituto Nacional do Patrimônio Cultural, sob a tutela do Ministério da Cultura, que faz a gestão do patrimônio em nível nacional, e dá suporte às direções provinciais da cultura, enquanto não instalamos os serviços provinciais do Instituto.

Quanto ao Patrimônio Mundial, a partir de 2006 começamos a refletir sobre a possibilidade de inscrição de bens na lista de Patrimônio Mundial, lançando o desafio aos governos provinciais de submeter alguns bens que considerassem passíveis de inscrição, à lista indicativa da UNESCO. Com base nas informações resultantes deste processo, selecionamos 03 (três) bens: a cidade histórica de M'Banza Congo, o complexo arqueológico de Tchitundu-Hulu; e o Corredor do Kwanza.

Desde então, vimos nos dedicando ao desenvolvimento destas propostas, começando pela candidatura da Cidade Histórica de M'Banza Congo. O primeiro passo foi a assinatura de um memorando de entendimento entre o Ministério da Cultura e o governo provincial do Zaire, onde o sítio está situado.

Trago aqui um parágrafo deste memorando que diz que as duas partes se comprometem a garantir a preservação dos monumentos e sítios históricos de M'Banza Congo, a redefinir e remarcar as áreas para as escavações arqueológicas, bem como a promover o sítio como um polo cultural espiritual e turístico. Este parágrafo é a base sobre a qual serão desencadeadas todas as ações que pretendemos levar a cabo, visando a inscrição do sítio na lista do Patrimônio Mundial.



Falemos agora de como esse processo vem evoluindo. Geograficamente, temos a província do Zaire e a cidade de M'Banza Congo, situada no norte de Angola, que faz fronteira com o Congo Democrático. Este sítio foi a antiga capital Durant do Congo, do antigo Durant do Congo, que envolvia Angola a República Democrática do Congo, a República do Congo e o Gabão.

Em termos geográficos, o reino era muito extenso e M'Banza Congo foi uma das mais antigas cidades do continente africano, tendo influenciado economicamente e culturalmente outros reinos da região, a saber: o Reino Soio, o Reino Capão, o Reino Angoio e o Reino Loan.

Segundo as pesquisas históricas, a capital foi fundada no século XII, e contou com a cooperação da Igreja Católica, conforme verificamos por meio da correspondência trocada entre o reino do Congo e o Vaticano. Há arquivos bastante ricos que falam deste componente religioso. Houve, também, cooperação política entre os reinos - locais e de Portugal; cooperação econômica proveniente do tráfico escravo; além da cooperação cultural com a Europa e com as Américas.





Plateau de Mbanza Kongo - Gravura de Dapper (1668).

Aqui (acima, à esquerda) temos um platô onde a cidade está situada, e ao lado (acima, à direita), uma gravura de Dapper, um holandês que nunca esteve em M'Banza Congo, mas conseguiu representar a cidade apenas com as informações que pesquisou. É uma obra prima, que mostra o platô retratado na fotografia ao lado, e o Rio Rues, que hoje já não é mais navegável.

As imagens a seguir são exemplos da diversificada riqueza patrimonial da cidade de M'Banza Congo. Com relação ao patrimônio imóvel, temos as ruínas da antiga Sé, datada do século XVI, que se chama Nkulumbimbi.

Ruinas da Antiga Sé (Nkulumbimbi – 1548).



Temos os cemitérios de reis, onde foram sepultados alguns reis do antigo reino.



Cemitérios dos reis (1830-1848).

A seguir, o patrimônio religioso: as igrejas, as missões; e o palácio dos reis onde funciona hoje o Museu do M'Banza Congo.



Igreja Baptista (1878).



Missão Catolica (1901).



Palacio dos reis, atual Museu dos Reis do Kongo (1901).

Sobre o Palácio dos Reis, onde hoje funciona o Museu do M'Banza Congo, pesquisas arqueológicas das quais falarei mais adiante, nos dão conta de que o atual palácio foi reerguido sobre um palácio anterior.

Com relação ao patrimônio móvel, temos a coleção real exposta no Museu (abaixo), e ainda alguns vestígios arqueológicos que estão sendo descobertos, como as cerâmicas retratadas abaixo, das quais também tornarei a falar mais adiante.



Temos, ainda, o patrimônio natural, a exemplo da árvore sagrada (abaixo), que se encontra dentro do espaço real, onde os reis recebiam as suas visitas e realizavam alguns rituais. Segundo a mitologia da região, se não houver vento e cair um galho da árvore, haverá mortos na comunidade. Neste caso, os mais velhos devem realizar um ritual imediatamente, a fim de evitar que um desastre aconteça.



Árvore sagrada Yala Nkuwu

Desta forma, temos um património vivo, um componente imaterial ligado ao sítio, que se mistura ao património material. Outro exemplo desse componente imaterial é o Lumbu, um tribunal tradicional para resolver os conflitos da comunidade que o direito convencional não consegue resolver, que funciona no espaço real onde está o museu. É uma antiga tradição, que se mantém ainda hoje.



E temos outros componentes do nosso patrimônio imaterial que passam pela tradição oral, como: as linguas locais vivas (Kikongo); as danças e a música (Masikilu):



E ainda, os contos e proverbes; as tecnologias e os saberes tradicionais, a exemplo da tecelagem, da cestaria, da gastronomia natural dessa região. Tudo isso faz então a riqueza patrimônio da cidade.

Quanto aos critérios para a inscrição de M'Banza Congo, seguem abaixo os que selecionamos, e sobre os quais vimos refletindo a fim de construir a justificação do valor excepcional do sítio para fins de inscrição na lista do patrimônio Mundial:

(II): ser testemunho de um intercâmbio de influências considerável, durante um dado periíodo ou numa determindada área cultural, sobre o desenvolvimento da arquitectura ou da tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou a criação de paisagens;

(IV): representar um exemplo eminente de um tipo de construção ou de conjunto arquitectónico ou tecnológico ou de paisagem que ilustre um ou mais períodos significativos da história humana;

(VI): Ser directamente ou materialmente associado aos eventos ou às tradições vivas, das ideias, das crenças, ou obras artísticas e literárias tendo um significado unviversal excepcional.

Peso historico e riqueza patrimonial: Justificação do VUE.

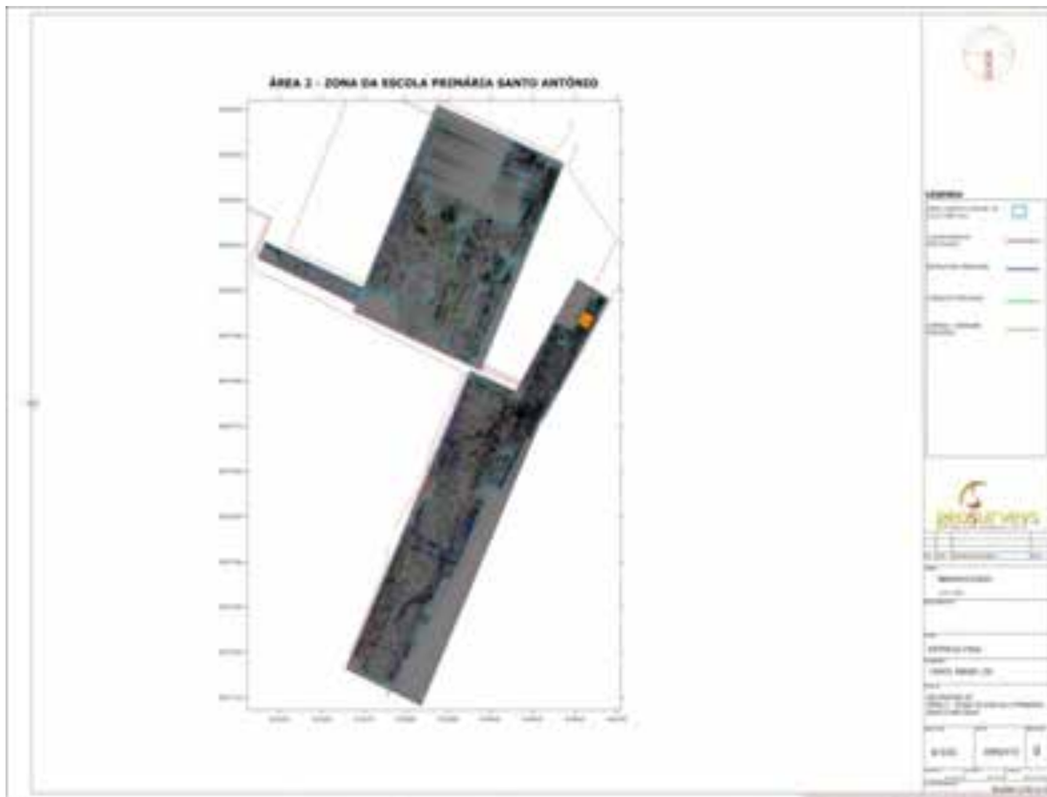
Quanto ao descrito nos itens acima, entendemos que o intercâmbio de influência esteja bem justificado com base na história do antigo reino do Congo. Podemos também justificar a tipologia das construções, através da riqueza patrimonial arquitetônica do sítio, e ainda justificar a associação do sítio ao patrimônio imaterial, conforme já havia tratado anteriormente. Enfim, são esses os 03 (três) critérios sobre os quais estamos baseando a justificação do valor universal excepcional de M'Banza Congo.

Com vistas ao processo de inscrição do sítio, um conjunto de 10 (dez) ações foi definido. Uma das primeiras ações levadas a cabo foi um *workshop* sobre as convenções do Patrimônio Mundial, organizado pela UNESCO e pelo Instituto do Patrimônio. Inclusive, a ratificação das convenções que já havia mencionado aqui, foi desencadeada por este *workshop*, onde pudemos sensibilizar autoridades políticas e administrativas, facilitando, assim, o aceleramento desta ratificação por parte do governo da Angola.



Workshop sobre as Convenções da UNESCO.

Outra ação foi a prospecção geofísica, que conseguimos realizar através de uma empresa privada a fim de localizar os sítios com potencial arqueológico, antes da entrada dos arqueólogos em campo. A prospecção, feita com Georadar, forneceu alguns indícios de alinhamento, estruturas, túmulos e fundações de muros, a exemplo dos vestígios de um palácio anterior sob o atual Palácio dos Reis, de algumas zonas de aterro e outros eventos diversos.



Esses indícios vão balizar o trabalho das escavações arqueológicas para que os resultados sejam fiéis, indicando as estruturas soterradas que forem encontradas. Em 2011, houve uma missão para a montagem do programa das escavações e durante essa missão, integrada por arqueólogos das universidades de Camarões e de Coimbra. Durante esta missão, a equipe precisou realizar algumas escavações de emergência, em razão da iminência da construção de estradas na região, onde foram localizados alguns indícios arqueológicos, a exemplo as cerâmicas de que falei anteriormente.

Escavações de emergência por prospecção pedestre no Bairro Madungu.



Prospecção realizada durante a missão de montagem do programa arqueologico.

Segundo os primeiros estudos promovidos pelos arqueólogos envolvidos na proposta, estas cerâmicas são as mesmas encontradas na África Central, e isto aponta para as influências que o antigo Reino do Congo recebeu da região central da África. Conforme nos aprofundarmos neste trabalho e outros vestígios arqueológicos surgirem, vai ser possível justificar outras influências, de outros reinos do continente.





Material arqueológico em cerâmica (igual ao da idade de ferro descoberto em Africa Central).

Realizamos, também, o trabalho de cartografia, onde delimitamos a área do sítio, e ainda uma zona tampão que abrange quase todo o platô, tendo em vista o potencial arqueológico que estimamos haver, em toda essa região. Se não acautelarmos essa questão, corremos o risco de perder muitos vestígios, e por esta razão tomamos a liberdade de alargar a zona tampão. O centro histórico foi classificado em junho de 2013, o que nos permite dispor de um instrumento de proteção do sítio, o que nos permite trabalhar com maior tranquilidade.



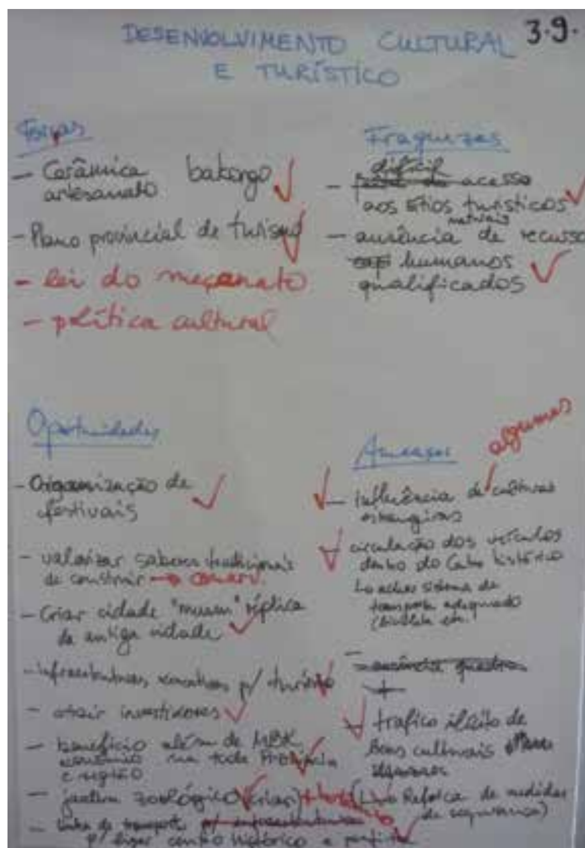
- O trabalho de cartografia recentemente realizado no sítio indica que os limites a serem considerados para a classificação nacional e internacional da Cidade é toda colina onde está situada a Atual Cidade para facilitar a realização das futuras escavações arqueológicas.
- O centro histórico foi classificado através do Decreto Executivo 21/13 de 10 de Junho.

Elaboramos, também, o Plano de Gestão, onde pudemos implicar, de forma bastante significativa, as partes interessadas no projeto e no processo. São muitos os encontros de sensibilização de diversos segmentos: autoridades religiosas ou tradicionais, profissionais e docentes das universidades, estudantes, líderes políticos, e nós, técnicos, visando à elaboração do Plano de Gestão juntamente com o Plano de Ação. Trabalhamos, ainda, junto às comunidades, de forma a identificar as forças e fraquezas, as oportunidades e ameaças ao sítio. Tais exercícios resultaram na elaboração de um plano de ação de cinco anos, de 2014 a 2018, que foi proposto ao comitê de gestão, mas ainda não foi aprovado.

Abaixo, algumas imagens da equipe de trabalho, e dos encontros que vimos realizando com as partes interessadas e as comunidades envolvidas:



Equipe Técnica.



Análise de SWOT.





Há uma forte implicação das comunidades, inclusive, as religiosas, na manutenção dos bens patrimoniais, a exemplo das irmãs religiosas que tomaram para si a tarefa de limpeza do espaço do Palácio Real, conforme imagens abaixo:





Outro envolvimento significativo nas questões do patrimônio é o da comunidade estudantil. Alguns jovens estudantes foram selecionados para integrarem uma brigada de apoio aos arqueólogos, que farão um pequeno curso de formação com aulas práticas nas escavações previstas no Plano de Gestão.



Brigada de jovens estudantes selecionados para a pequena formação em arqueologia.

No momento, estamos em vias de finalização do Plano de Gestão. Em seguida, vamos dar início à primeira fase das escavações arqueológicas, e aos trabalhos de levantamento arquitetônico para avaliação do estado de conservação de bens, sobretudo bens imóveis, que vamos desenvolver em parceria com a Universidade Agostinho Neto e com algumas universidades privadas, com as quais vimos dialogando.

Também em curso, temos o estudo antropológico e linguístico da cultura imaterial da região do Reino do Congo e, ainda, as influências das Américas sobre esta região. Aliás, temos o Simão Sindula na equipe técnica, que é pesquisador dessas relações transatlânticas.

O processo de inscrição d M'banza Congo é coordenado pelo governo angolano, através do Ministério da Cultura, juntamente com o governo provincial do Zae, onde está situado o sítio. No âmbito do Ministério da Cultura, temos o Instituto Nacional do Patrimônio Cultural, responsável pela coordenação técnica do processo. Pelo governo da província, temos a direção provincial da cultura, que faz o acompanhamento técnico do processo.

A equipe técnica, sob a responsabilidade do Instituto do Patrimônio conta com membros do próprio instituto e de algumas universidades. Dentre as parcerias, temos: a UNESCO, o Fundo para o Patrimônio Mundial Africano, a Escola do Patrimônio Africano, as universidades de Aundê e Coimbra. Contamos também com: o Ministério da Defesa para trabalhar conosco o Ensino Superior, Urbanismo e Construção; a Universidade Agostinho Neto; algumas empresas privadas, a exemplo das que trabalharam conosco a cartografia e a prospecção geofísica; e ainda, as petrolíferas, que vêm financiando o processo junto com o estado.

Encerro dizendo que o intercâmbio científico cultural entre Angola e a Ibero-América, em muito acrescenta à gestão do patrimônio cultural e natural angolano, sobretudo, considerando o rico passado entre a África e as Américas.

M'Banza Congo detém um potencial histórico e patrimonial singular que merece ser cuidadosamente preservado, valorizado e desfrutado não só pelo povo angolano, como pelas populações de todo o planeta, e sua inscrição na lista do Patrimônio Mundial há de promover a geração de recursos para o desenvolvimento socioeconômico e cultural da Angola, e de suas comunidades locais.

Este é o desafio que nós temos nas mãos, e Angola não logrará êxito se não contar com a ajuda dos PALOP e do Brasil.

Muito obrigado!

CABO VERDE - Cidade Velha

HAMILTON JAIR FERNANDES
DIRETOR DE SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO – CURADOR DA CIDADE VELHA – PATRIMÔNIO MUNDIAL – INSTITUTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL – MINISTÉRIO DA CULTURA



Começo dizendo que é um prazer estar aqui entre colegas, nesta parceria que se prevê profícua para os países, mas, sobretudo, para quem labuta diariamente nas questões voltadas ao Patrimônio Mundial.

Fazendo uma rápida introdução, tivemos grandes fenômenos em Cabo Verde nos últimos 40 anos, de notório reconhecimento, tanto em nível nacional como internacional. O primeiro foi a independência do País, em 1935. O segundo foi a abertura política a partir de 1991, que permitiu que Cabo Verde saísse de um regime ditatorial para um regime democrático. Outro fenômeno mundialmente reconhecido foi a cantora Cesária Évora, cujo canto, infelizmente, não está mais presente entre nós. O terceiro é a Seleção Nacional de Cabo Verde, um fenômeno novo que tem nos dado muita alegria. Ainda que sejamos um País que tem a metade da população do Complexo do Alemão, queira Deus que nos próximos anos estejamos como o Brasil, no futebol. E o último fenômeno foi a classificação da Cidade Velha no Patrimônio Mundial.

A palavra Cidade Velha aparece nos monitores de busca na internet entre os cinco nomes mais procurados quando se trata de Cabo Verde. Isso para nós tem sido tanto desafiador, como motivo de satisfação. Farei aqui um breve histórico da Cidade Velha, e da sua localização geográfica.

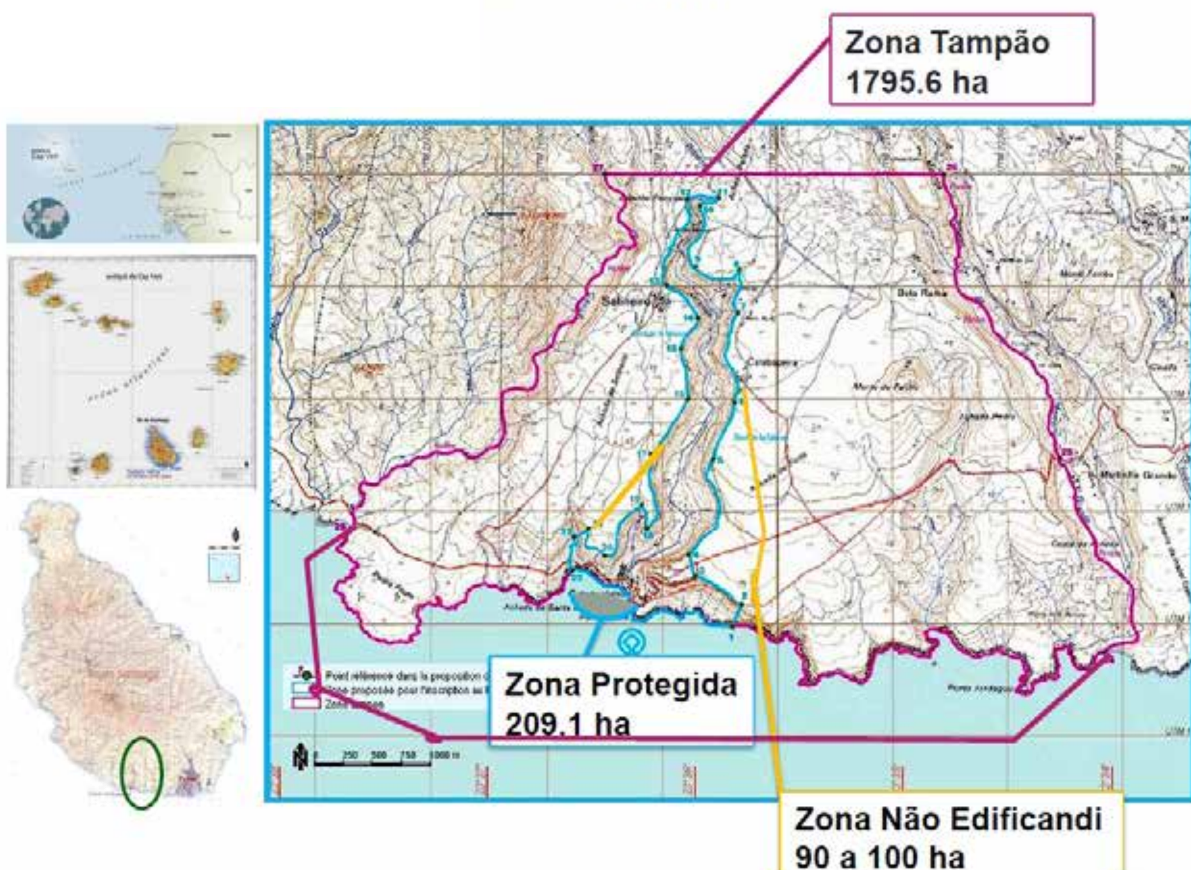
Também conhecida como Cidade Ribeira Grande de Santiago, Cidade Velha está situada na parte sul da Ilha de Santiago, como ilustrado abaixo, a 12 quilômetros da Cidade da Praia, que é a capital de Cabo Verde.



A cidade tem cerca de 1.300 habitantes distribuídos em uma área não superior a 200 hectares e conta com uma área urbana extremamente limitada. O espaço superior urbano, mais o interior da Ribeira, que deu o nome Ribeira Grande de Santiago, são as áreas protegidas. Contudo, por uma questão estratégica, há uma zona tampão quase dez vezes superior à área classificada como Patrimônio Mundial, conforme pode ser visto na ilustração.

A zona tampão se faz necessária na medida em que precisamos conter o desenvolvimento urbanístico na região, de forma que não interfira no sítio tombado. Inclusive, no momento, estamos trabalhando uma norma para construção, no âmbito do Plano de Salvaguarda da Cidade Velha, para garantir que o futuro plano da cidade administrativa, prevista para a Cidade da Praia, não abafe o centro histórico, que é Patrimônio Mundial.

Há, também, a previsão de uma zona não edificante, ou seja, onde não se pode construir absolutamente nada, à exceção de equipamentos públicos, e desde que devidamente justificados. Para que se tenha uma ideia, há cerca de dois anos construiu-se uma barragem no limite da zona tampão. Mesmo com todos os estudos prévios realizados visando à avaliação do impacto que a barragem poderia causar à região, o projeto foi, ainda, submetido ao Centro do Patrimônio Mundial, bem como à Unidade África.



Sítio Histórico da Cidade Velha - Patrimônio Mundical (Cidade Velha, 2004. 7 ha).

Outro desafio que enfrentamos nas relações com outros atores institucionais é o fato dessa área de proteção ser também marítima, em função do espólio arqueológico que resultou do intenso comércio na baía, durante os séculos XVI a XVIII. Segundo os dados levantados, tivemos quase 600 naufrágios em uma área de menos de 200 metros da costa. Ao se mergulhar menos de 20 metros, depara-se com estruturas arqueológicas.

É o caso do famoso navio *Amistad*, que foi parar em Cabo Verde por causa dos ventos. A certa altura, perto do Cabo Verde do Senegal, o navio teve que fazer uma volta inversa. Desta forma, ou chegaria aqui às Américas, ou então iria de novo para a Europa. E nesse trajeto, coincidentemente, avistaram as ilhas de Cabo Verde.

Por volta de 1460, Ribeira Grande foi o primeiro aglomerado populacional de Cabo Verde, a primeira cidade europeia a ser construída ao sul do Trópico do Câncer. Por sua importância estratégica, foi elevada à categoria de cidade, e ali se ergueu um Bispado cobrindo toda a Costa Ocidental Africana, de onde se fazia a distribuição de mercadorias, plantas, animais e homens. Com a descoberta das Américas, em 1492, e do Brasil, em 1500, a cidade ganha uma importância e um dinamismo acelerados, porém, precoce. E em menos de três séculos voltou a perder esse protagonismo dentro do contexto atlântico.

Abaixo, temos a imagem da Sé Catedral, que hoje é um edifício em ruínas, mas que recebeu uma intervenção coordenada pelo arquiteto Álvaro César Vieira. Para termos uma ideia, num espaço urbano extremamente limitado e limitativo, construiu-se cerca de 30 estruturas religiosas. Ribeira Grande de Santiago tinha apenas 500 habitantes, mas tinha essa estrutura para abrigar cerca de 2.500 pessoas. A maioria dos que frequentavam a Catedral eram escravos, que eram batizados e reexportados, aliás, o que demonstra a estreita relação da Igreja com a escravidão.



Sé Catedral
Gravura da edificação.



Sé Catedral
Ruínas da Igreja da Sé.

A famosa Rua da Banana, que foi cenário do filme "Ilha de Escravo", do qual participou a atriz brasileira Zezé Motta, foi uma das primeiras ruas ou a primeira rua urbanizada em Cabo Verde, e a primeira rua urbanizada ao sul do Trópico. Eram casas habitadas por homens negros, os primeiros armadores negros da Ilha de Santiago, de Cabo Verde. Temos lá, o edifício mais antigo de Cabo Verde, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Foi construída por volta de 1495, inicialmente era uma capela gótica, em estilo Manuelino. Posteriormente, já nos finais do século XVI, a igreja foi ampliada, e por lá passaram vários pregadores, a exemplo do Padre Antônio Vieira, que passou por Cabo Verde por três vezes, não só para pregar, mas também para fazer o reabastecimento dos navios, assim como fez Pedro Alvares Cabral, no descobrimento do Brasil.

O Memorial do Pelourinho, um monumento gótico de 1512, foi não só o símbolo do poder municipal, mas, sobretudo, o símbolo da Justiça Real, porque era ali que os escravos eram castigados. Hoje é uma praça onde as pessoas circulam normalmente, e onde acontecem algumas atividades culturais, como o ensino do batuque.







Ribeira Grande entrou em decadência logo após a ameaça do domínio ibérico no atlântico, sofrendo diversos ataques, a exemplo dos perpetrados pelos corsários, como no caso de Francis Drake e de Jacques Cassar. Curiosamente, cerca de 30% dos turistas que visitam a Cidade Velha são ingleses em busca das histórias do Francis Drake, que atacou a cidade por duas vezes. Qualquer dia, vamos reclamar parte desse legado que foi para o Reino Unido.

Com o declínio do comércio, a ruína e a insegurança generalizada, a população, especialmente a elite, começa a abandonar a cidade, que ficou praticamente abandonada nos finais do século XVII e início do século XVIII, consumando assim a sua decadência.

Temos abaixo a Fortaleza Real de São Filipe, e a esta estrutura militar somam-se outras seis de pequeno porte construídas para a defesa da cidade. Como tinha dito anteriormente, em uma cidade que durante os séculos XV e XVI ou XVI e XVII não ultrapassava 500 almas, a existência de uma estrutura militar dessa envergadura mostra a importância estratégica e comercial que Ribeira Grande de Santiago, Cidade Velha, em particular, teve durante esse período no Atlântico.





A inscrição da Cidade Velha na lista do Patrimônio Mundial é um processo relativamente novo, tem apenas quatro anos. O significado cultural do Sítio e a declaração do valor universal excepcional baseiam-se nas seguintes premissas:

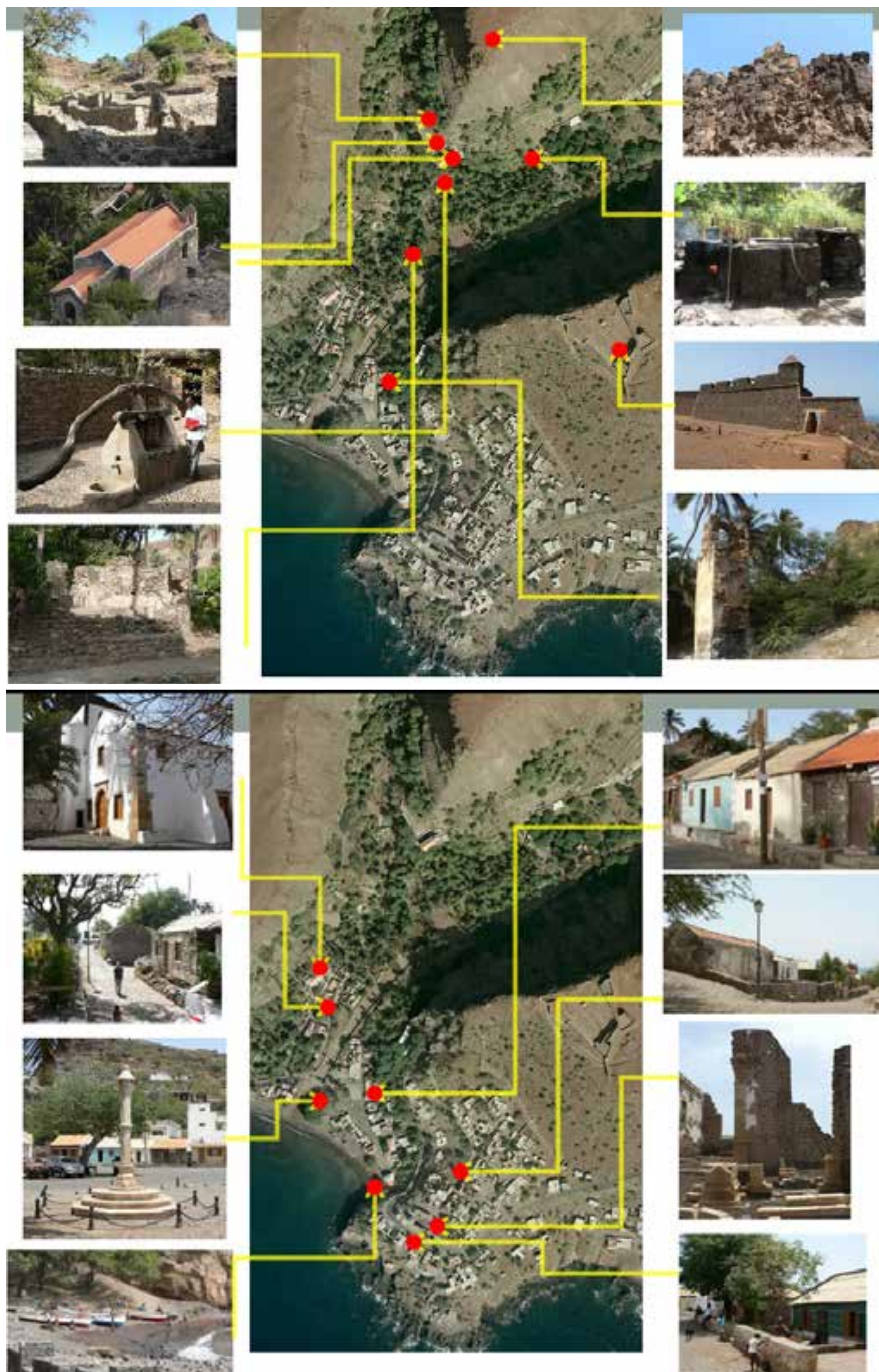
- O cruzamento da conquista europeia;
- A primeira plataforma intercontinental no comércio dos escravos entre a África, Europa e Américas;
- A prefiguração das trocas transoceânicos e multicontinentais;
- Uma etapa na globalização das relações;
- A fonte de uma nova cultura de múltiplas influencias: o Crioulo;
- O testemunho da vontade para dominar a agricultura nos trópicos.



Um dos conceitos determinantes para que a Cidade Velha fosse inscrita como Patrimônio Mundial foi o trajeto do tráfico de escravos do século XV ao século XVIII. Na primeira fase do tráfico, os escravos saiam da Guiné e eram levados para Cabo Verde para serem batizados e depois reexportados. Os escravos batizados tornavam-se mais "dóceis", recebiam uma instrução rudimentar e eram posteriormente vendidos como carga para as Américas. Em uma segunda fase saiam de Angola para o Brasil e para o restante da América do Sul.

Quanto aos critérios que nortearam a classificação da Cidade Velha como patrimônio mundial, conforme o que estabelece a UNESCO, baseamo-nos no critério XIII e no critério VI. No Critério XIII, que trata do espaço urbano, consideramos uma mistura de três paisagens: a paisagem urbana, composta pelos monumentos presentes na Ribeira Grande; a paisagem marítima, onde se dá uma adaptação da cultura urbana e urbanística europeia em um contexto extremamente diferente; e a paisagem agro urbana.

Ainda com relação ao critério XIII, considerando o espaço urbano, trago aqui alguns exemplos dos monumentos, dos edifícios e das estruturas que ainda temos presentes na Cidade Velha: a Santa Casa da Misericórdia; a Fortaleza Real de São Felipe, um engenho de cana-de-açúcar dentre as estruturas arqueológicas que restaram de um pequeno forte; a Casa Grão Pará e Maranhão, que foi uma importante empresa escravocrata brasileira e que também se fixou em Cabo Verde; um outro engenho de cana-de-açúcar, cujo modelo é originário da Ilha da Madeira; o Colégio dos Jesuítas, primeira sede das missões jesuítas aqui em Cabo Verde, posteriormente transformado em Igreja São Francisco.



Quanto ao critério VI, importa considerar que na Cidade Velha não há uma grande monumentalidade, em termos arquitetônicos. São casas humildes, de arquitetura vernacular, mas o que convenceu a UNESCO e seus *experts* foi o fato de ter surgido um povo e uma cultura nova, em um espaço extremamente inóspito e improvável. Ribeira Grande foi o berço da primeira sociedade crioula e é detentora de um patrimônio imaterial compartilhado entre a África, as Américas e a Europa.

Temos, abaixo, alguns exemplos desse patrimônio imaterial: o tradicional batuque, que segundo as fontes documentais, data do século XVI; as festas de Romaria, também desse mesmo período; e a Cachupa, um prato tradicional da gastronomia cabo-verdiana que mistura vários alimentos, de diversos povos, e que demonstra a nossa diversidade cultural no sentido agrícola.

Há também a Tabanka, gênero musical tradicional de Cabo Verde, que vem sendo retomado nesses últimos anos, inclusive, com a criação de escolas para o ensino desta manifestação cultural. Já podemos ver grupos de crianças brincando a Tabanka pelas ruas.

Por fim, temos a língua crioula cabo-verdiana. Trouxe uma frase, para fins de ilustração: "*nhos tchiga faxi*", que significa, "chegaram depressa". A língua está presente em praticamente toda a sociedade crioula, ao mesmo tempo.









Aqui, orgulhosamente, temos o diploma que foi concedido logo após a inscrição da Cidade Velha na lista do Patrimônio Mundial.


www.cidadevelha-pm.cv

UNESCO

Organisation des Nations Unies pour l'éducation, la science et la culture

Convention du patrimoine mondial

CONVENTION CONCERNANT LA PROTECTION DU PATRIMOINE MONDIAL CULTUREL ET NATUREL

Le Comité du patrimoine mondial a inscrit

Cidade Velha, Centro Histórico de Ribeira Grande

sur la Liste du patrimoine mondial

L'inscription sur cette Liste consacre la valeur universelle exceptionnelle d'un bien culturel ou naturel afin qu'il soit protégé au bénéfice de l'humanité

DATE D'INSCRIPTION

30 de Junho de 2009

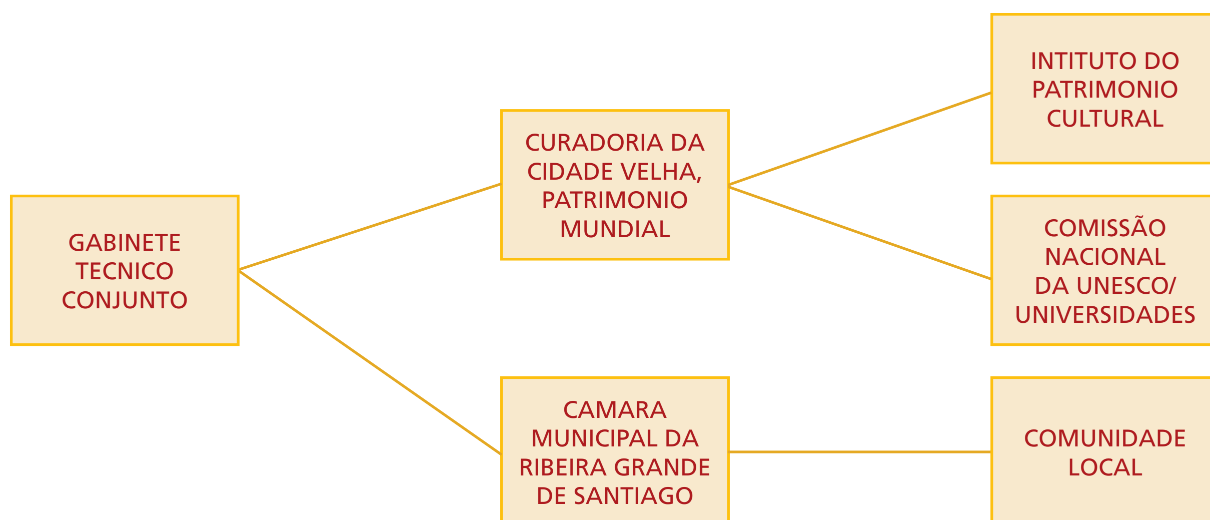
LE DIRECTEUR GÉNÉRAL DE L'UNESCO

Na ocasião, a gestão da Cidade Velha não estava ainda muito bem definida. Por um lado, tínhamos a Câmara Municipal, que por se tratar de instituição eleita, reclamava legitimamente o seu direito ao Comitê de Gestão. Por outro lado, tínhamos o Instituto do Patrimônio, responsável pela supervisão e pela superintendência do Patrimônio em Cabo Verde, também legalmente instituído, e também reclamando para si o Comitê.

Todavia, o Dr. Mário Lúcio, ao ser empossado no Ministério da Cultura de Cabo Verde, optou por criar uma instituição nova. Adepto aos novos conceitos, o Ministro entendeu por bem estabelecer uma curadoria para a gestão da Cidade Velha. A compleição legal da curadoria se mostrou vantajosa por termos o próprio Ministro da Cultura como curador, daí a não acontecerem mais as disputas que tínhamos anteriormente. Além da curadoria do Ministro da Cultura, temos a figura do Ministro do Ensino Superior como presidente da Comissão Nacional da UNESCO.

Há, também: o presidente da Câmara Municipal de Ribeira Grande; o Instituto de Investigação e Patrimônios Culturais; o Curador do sítio, que é proposto pelo ministro ao Conselho dos Ministros e nomeado pelo Conselho; e, ainda, quatro outras personalidades residentes no sítio histórico, atendendo ao conceito de gestão participativa, defendida pela UNESCO. Desta forma se constitui a estrutura executiva da alta curadoria da Cidade Velha. O Gabinete Técnico, junto da qual fazem parte a Curadoria da Cidade Velha, a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago, o Instituto do Patrimônio Cultural, a Comissão Nacional para a UNESCO e as universidades, bem como a comunidade local. Parece uma estrutura complexa, mas não é.

Gestão participativa



A cargo do Gabinete Técnico ficam, desde a aprovação de projetos, inclusive, as pequenas iniciativas culturais apoiadas pelo Banco da Cultura de Cabo Verde, até a seleção dos parceiros. Temos alguns projetos em andamento, como é o caso do projeto Seleção Turística da Cidade Velha, que foi financiado pelos Países Baixos, e outros em fase de implantação, a exemplo do projeto Cidade Velha Emergente, que tem por objetivo a melhoria das condições de habitabilidade da população.



Projeto Cidade Velha Emergente P Fase - Reabilitação das casas tradicionais e manutenção dos edifícios patrimoniais

As ações voltadas para a habitabilidade da população são muito importantes, já que as pessoas que vivem na comunidade são extremamente pobres, o que nos leva até mesmo a exceder os limites da nossa atuação enquanto técnicos do patrimônio. A título de exemplo, toda sexta-feira temos audiência com a comunidade, que deixaram de ir a Câmara Municipal e passaram a se dirigir a curadoria da Cidade Velha. Nessas audiências, a comunidade nos pede ajuda para a reabilitação das suas casas, para a construção das casas de banho, para as melhoras das condições de habitabilidade e, inclusive, para a educação dos filhos. Daí resultou o projeto Cidade Velha Emergente.

No âmbito desse projeto estamos mobilizando cerca de € 50.000 para a cobertura das 254 casas existentes na Cidade Velha e já construímos 20 casas de banho. Nosso objetivo é construir casas de banho em todas as casas, e promover a reabilitação e a uniformização das suas coberturas. Estamos trabalhando na lógica da parceria, cabendo ao beneficiário uma contrapartida em torno de 20%, que não se traduz em valor financeiro, mas em outras formas de participação como, por exemplo, a mão de obra.

Há outros projetos em andamento, como é o caso do projeto piloto financiado pela corporação espanhola, a 'Escola Oficina da Cidade Velha', que também trabalha o patrimônio. Todos os trabalhos de reabilitação feitos até o momento nas residências da Cidade Velha foram realizados por alunos dos cursos técnicos ou profissionais da Escola Oficina.

Temos o projeto "Conhecer e Divulgar a Cidade Velha Patrimônio Mundial", que conta com ações visando: à sensibilização da população para o conhecimento do patrimônio local; à melhoria na divulgação e na comunicação com a comunidade local e com o exterior; à atualização do *site* da Cidade Velha e páginas nas redes sociais; e à melhoria de acesso ao patrimônio.

No âmbito do protocolo que temos com a cidade de Cabo Verde, um aluno do Curso de Ciência da Computação desenvolveu um dispositivo móvel que irá autonomizar quem visita a Cidade Velha. Trata-se de um aplicativo que permite aos visitantes receberem as informações sobre a Cidade Velha no seu telefone celular, ou em qualquer outro dispositivo de mesma natureza.

Outra ação em andamento é a formação dos jovens locais no artesanato e na reciclagem pelos artesãos da Ilha de Santiago. Resultado da parceria com a Câmara Municipal da Ribeira Grande de Santiago e em cooperação com a Universidade de Cabo Verde, o Projeto já tem resultados bastante visíveis, sobretudo, junto aos jovens desempregados da Cidade Velha, que costumavam dizer que a classificação da Cidade Velha não lhes trouxe benefícios.






Temos uma imensa demanda de turistas visitando a Cidade Velha, e durante o curso de formação, enquanto os jovens realizavam os seus trabalhos, os turistas compravam as peças produzidas, a bom preço. Tais ações se encaixam em nosso conceito das economias criativas e permitem ao patrimônio contribuir com o Produto Interno Bruto de Cabo Verde.

Outras ações estão também em andamento. Abaixo, os alunos do curso de construção civil da Escola Oficina trabalhando no projeto de reabilitação das casas da Rua da Banana, no âmbito do projeto Cidade Velha Emergente. Para além da formação dos alunos, a Escola Oficina está resgatando na comunidade um saber fazer tradicional, que é a cobertura com palha.





Mais um bom exemplo das parcerias que vimos estabelecendo é o projeto "Sinalética Turística da Cidade Velha", que foi cofinanciado por empreendedores locais. Em todos os edifícios colocamos uma informação sobre o monumento, em três idiomas diferentes: português, inglês e francês.



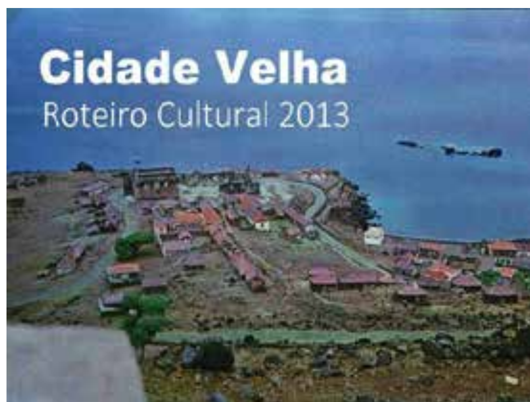



Projeto Sinalética Turística do Sítio

Abaixo, temos o dispositivo interativo, Cidade Velha Mobile, onde ao clicarmos num dos pontos assinalados, temos a informação sobre o monumento.



A Cidade Velha é o terceiro sítio mais visitado em Cabo Verde e vem gerando uma procura ainda maior devido ao turismo de cruzeiro e ao turismo doméstico, que vêm sendo incrementado, trazendo ao Sítio vantagens como: a criação de postos de trabalho e geração de negócios; a divulgação da marca Cidade Velha e de Cabo Verde; o aumento da autoestima da população local; e a capacitação da comunidade.









Mas há também as desvantagens para o crescimento do turismo na Cidade Velha nestas proporções, a saber:

- Fraca capacidade de carga da Cidade: insuficientes condições de hospedagem e restauração e mobilidade urbana - estacionamento e vias de acesso;
- Fraca adesão da comunidade ao processo: Cidade Velha, Patrimônio Mundial;
- Inflação induzida (bens de primeira necessidade e imobiliária);
- Falta de definição de uma estratégia Inter setorial local: Curadoria da Cidade Velha, CMRGS - Câmara Municipal Ribeira Grande de Santiago, IPC – Instituto do Patrimônio Cultural, DGT – Direção Geral do Tesouro, empreendedores e a comunidade Local;
- Crescente insegurança;
- Crescente aumento da poluição visual e ambiental.

Tendo em vista esta realidade, elaboramos o PLANO DE SALVAGUARDA DA CIDADE VELHA, que compreende um conjunto de 07 projetos, conforme veremos a seguir.

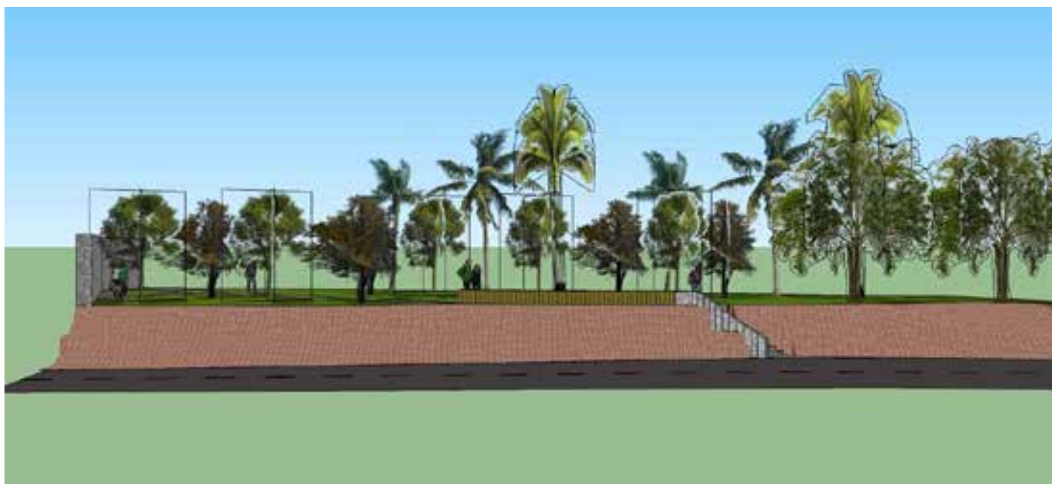
Projeto 1 – "2ª Fase da Cidade Velha Urgente"

Projeto já em andamento, cujo objetivo é a transformação visual da cidade e melhoria do acesso ao patrimônio. Dentre as suas ações estão:

- A melhoria da sinalização e das informações disponibilizadas aos visitantes da Cidade Velha, Patrimônio Mundial;
- A contínua transformação visual e urbanística dos bairros, com as intervenções em nível de reabilitação das habitações e dos espaços públicos;
- A criação de rotas e itinerários turístico-culturais, ligados ao patrimônio natural, imaterial, gastronômico, etc.

Público Alvo: Comunidade local e visitantes.

Resultados esperados: aumento do número de visitantes à cidade, e melhoria das condições de vida e da autoestima da população. Ainda no âmbito das ações de acesso ao patrimônio, estamos propondo aos nossos parceiros o Projeto "Entrada Norte da Cidade Velha/Centro de Recepção dos Visitantes", conforme ilustração abaixo:





Projeto 2 – "Plano de Reabilitação Integrada da Cidade Velha, Patrimônio Mundial"

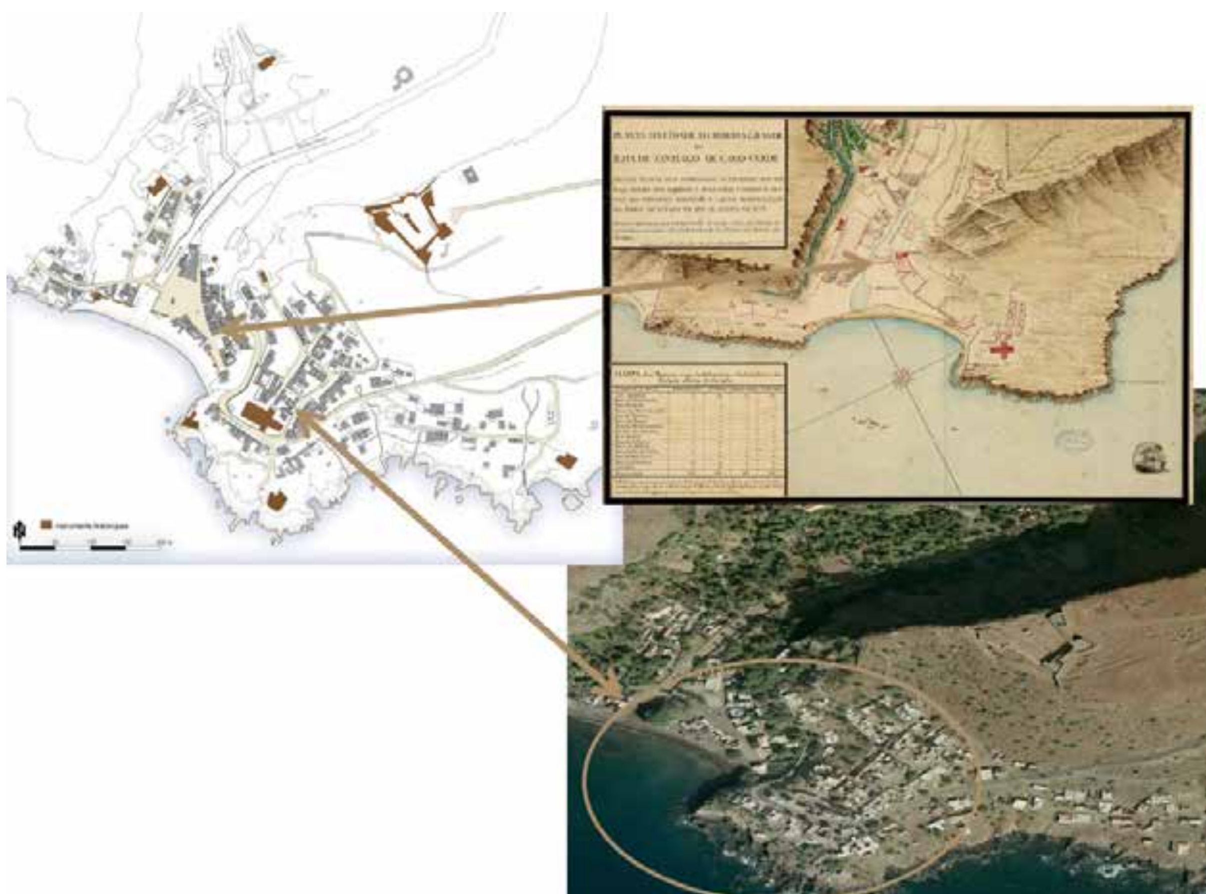
Proposta plurianual em parceria com instituições universitárias nacionais e internacionais, com forte engajamento do governo e dos aparelhos de estado de Cabo Verde. O projeto prevê a elaboração de um Plano que regule as intervenções arquitetônicas e urbanísticas no Sitio Patrimônio Mundial, e que coordene a ligação entre as várias áreas identificadas e classificadas como Patrimônio Mundial (Zona Classificada, Zona *non aedificandi*, Zona Tampão – área de expansão da cidade).

O objetivo do projeto é promover o levantamento arquitetônico e a criação de normas de construção que permitam: preservar o legado patrimonial e o modo de viver na área classificada, com enquadramento dos monumentos e espaços naturais; e estudar as ligações entre o existente e a Área de Expansão.

Público Alvo: Comunidade local.

Resultado esperado: Plano de reabilitação urbana da Cidade Velha, Patrimônio Mundial, elaborado.

Vê-se aqui claramente que há um caos urbanístico na cidade. É preciso fazer um levantamento exaustivo dessas condições de habitabilidade para que possam ser materializadas no plano, e estabelecer as prioridades de acordo com essas necessidades.



Projeto 3 – "Agenda Cultural da Cidade Velha, Patrimônio Mundial"

A proposta é proporcionar uma experiência diferente aos visitantes passando pelo conhecimento e fruição do patrimônio construído, como também por uma maior interação entre estes e a comunidade local, por meio da realização de atividades culturais.

O objetivo do projeto é a criação de uma agenda cultural do Sítio Histórico da Cidade Velha, Patrimônio Mundial.

Público-alvo: Comunidade local e visitantes.

Resultado esperado: Dinamização turística e cultural da Cidade Velha, Patrimônio Mundial. Criação de um ambiente de negócios centrada no patrimônio cultural, de uma forma geral.

Para gerar fluxo de negócios, há que se tirar proveito da visitação à Cidade Velha, e não é pouca! Daí a necessidade de criarmos uma agenda cultural. Temos o Batuque, temos a TabanKa, temos a gastronomia, temos a língua. Por que não aproveitar essas valências culturais e criar uma agenda única para a Cidade Velha, a fim de promover uma ação turística e cultural da cidade, criando um ambiente de negócios centrado no património, centrado na cultura?



Projeto 4 – "Conhecer e Divulgar a Cidade Velha Patrimônio Mundial"

Objetivos: sensibilizar a população do Município e das demais localidades da Ilha de Santiago para o conhecimento do patrimônio local e a importância da sua preservação, valorização e divulgação; despertar o olhar crítico e otimista da população em face dos desafios e das novas dinâmicas de desenvolvimento baseado nos recursos patrimoniais. No caso da Cidade Velha, dar a conhecer as implicações relativas à sua entrada na lista do Patrimônio Mundial da UNESCO.

Público-alvo: Comunidade local, nacional, visitante.

Resultado esperado: Sensibilização da comunidade e dos que visitam a Cidade Velha.







Projeto 5 – "Atualização do Plano de Gestão da Cidade Velha, Patrimônio Mundial – 2013/2017"

É um imperativo da própria UNESCO, uma vez que o plano de gestão da Cidade Velha expirou em 2012. Propõe uma abordagem ao Sítio Histórico, procurando evidenciar as suas forças e fraquezas, ameaças e oportunidades para fins de elaboração de um documento que servirá de base para a gestão do bem Patrimônio Mundial.

Os objetivos do Projeto são: a melhoria das condições de vida da população; a gestão e valorização do Sitio Histórico da Cidade Velha; a preservação e conservação dos valores patrimoniais, arquitetônicos e arqueológicos; e ainda, a salvaguarda do Patrimônio Imaterial.

Público-alvo: Comunidade local.

Resultado esperado: Plano de Gestão 2013-2017 elaborado e apresentado ao Centro Patrimônio Mundial.

Plano de Gestão Cidade Velha Patrimônio Mundial – 2013-2017
Programas Sectoriais a serem desenvolvidos

Programas	Intervenientes	Documentação
Investigação, estudo, inventariação e divulgação	Curadoria Cidade Velha, IPC, Universidades	
Preservação e valorização do edificado, do patrimônio arquitetônico e arqueológico	Curadoria, CMRGS, IIPC, MIRM Associações Comunitárias	Lei do Patrimônio – IIPC, cartas e recomendações internacionais
Habitação no Centro Histórico	CMRGS, DGOT	
As artes e os equipamentos	MC	
Ambiente urbano e sistema de mobilidade	DGA, CMRGS, ONG's	
Desenvolvimento e coesão social	CMRGS, MFSS	
Instrumentos de planejamento e gestão do território		PDM e outros planos municipais e nacionais
Construção e modernização das infraestruturas	Diferentes setores - MIEM	
Turismo e as atividades de base econômica	MTIE	

Projeto 6 – "Concepção e Montagem do Núcleo Museológico da Cidade Velha"

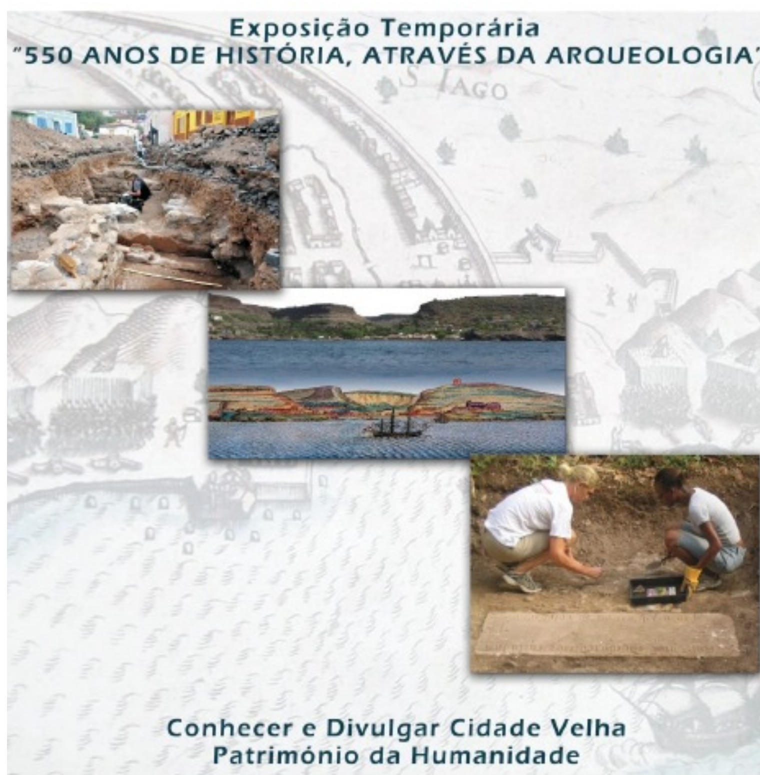
Pretende a criação de espaços de memória, conhecimento e formação (infraestrutura cultural, ex: Museu da Escravatura, Museu da Arte Sacra, Centro Interpretativo da Aguardente, Casa das Civilizações).

O objetivo do Projeto é a conscientização, junto à comunidade local e visitantes, da importância dos museus/ exposições para o conhecimento da história de Cabo Verde e da Humanidade.

Público-alvo: Comunidade local e visitantes.

Resultado esperado: Criação e montagem de espaços culturais na Cidade.

"2010 – Ano da Historia"
Em evocação Ao 1° ano de elevação da Cidade Velha
a Património da humanidade



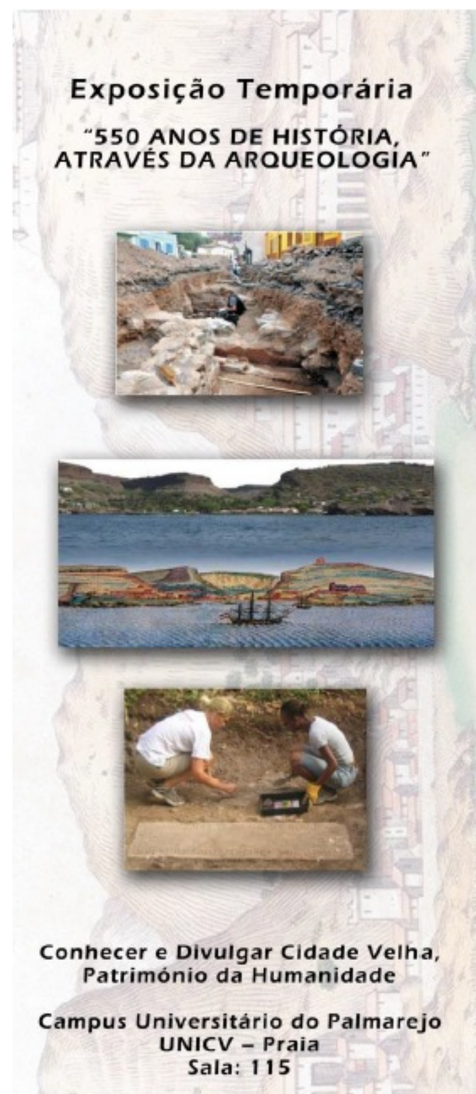
Data: 26 de Abril - 07 de Maio
Local: Campus Universitário do Palmarejo; Sala: 115











Projeto 7 – "Carta Arqueológica da Cidade Velha"

A proposta é a intervenção global em toda a cidade, com identificações de alguns pontos de interesse, como preparação para a escavação arqueológica. Esses pontos serão reconhecidos a partir de cartas pontuais durante a fase de prospecção geofísica, e após a consulta de fontes primárias.

Os objetivos do Projeto são: a Inventariação e catalogação de todo o legado construído da Cidade Velha, Patrimônio da Humanidade; a criação de uma base de dados georreferenciados das estruturas arqueológicas e arquitetônicas da cidade; e a criação do projeto "Campus/Parque Arqueológico da Cidade Velha".

Público-alvo: População local, visitantes e investigadores/universitários.

Resultado esperado: Criação da Carta Arqueológica da Cidade Velha.







Em escavações já realizadas na Cidade Velha, conforme mostram as imagens acima, foram encontradas estruturas que não estão em nenhum dos manuais de investigação sobre a Cidade Velha, e em nenhuma das suas gravuras. Podemos crer que esta descoberta, com o devido tratamento cientifico, será revolucionária para a história de Cabo Verde, quiçá, para a história ultramarina.

Projeto 8 – "Estudo do Impacto do Turismo na Cidade Velha, Patrimônio Mundial"

Permitirá conhecer os efeitos da Classificação da Cidade Velha a Patrimônio Mundial para o turismo, apontando propostas para o melhor aproveitamento dos recursos existentes.

Os objetivos deste projeto são: analisar e evidenciar os efeitos da Classificação do Sítio Histórico a Patrimônio Mundial apresentando as suas principais vantagens; promover a valorização e potencialização de todos os recursos patrimoniais; e criar ferramentas de planejamento turístico.

Resultado esperado: o conhecimento efetivo dos impactos do turismo desde a classificação do Sítio Histórico; bem como a adequação da oferta turística em termos de atividades a procura existente.







O estudo do impacto do turismo da Cidade Velha é um desafio do Centro do Patrimônio Mundial, em vista da significativa demanda. Precisamos planificar bem esta demanda para que o turismo de massa não comprometa a conservação dos bens patrimoniais, como tem sido o caso de Boa Vista, uma ilha de Cabo Verde, onde não há sustentabilidade.

No caso da Cidade Velha, tivemos um episódio bastante ilustrativo a esta questão, quando, num único dia, 03 (três) navios chegaram à Ilha de Santiago, levando cerca de 1.000 (hum mil) visitantes à Cidade Velha. Beberam e comeram tudo o que havia na Ilha, e os habitantes ficaram sem saber o que fazer. Tornar o turismo na Cidade Velha sustentável é um dos grandes desafios que temos a frente. Como fazê-lo?

Neste sentido, algumas questões se mostram prioritárias e envolvem ações de curto e médio prazo, sobretudo, voltadas à população local, a saber: satisfação plena das condições de vida da população local (saneamento, habitação, escolarização, etc.) e seu envolvimento na gestão do bem Patrimônio Mundial (gestão participativa); formação contínua e permanente de técnicos (gestão do patrimônio cultural, turismo cultural, etc.); formação continua e permanente de agentes culturais e das instituições públicas e privadas presentes na cidade (Câmara Municipal, Polícia, e outros serviços do estado); criação de programas de capacitação e sensibilização adaptados a cada faixa etária da comunidade (ex: Criação dos Amigos do Patrimônio da Cidade Velha).

Outra questão importante é a necessidade de envolvermos os operadores de turismo e os empreendedores locais na sustentabilidade da Cidade Velha, porque colocando o Sítio em perigo, comprometemos toda a cadeia de negócios em torno do turismo cultural de Cabo Verde. Para tanto, vimos gestando algumas estratégias, como: criação do Fundo de Manutenção e Conservação do Patrimônio (Banco da Cultura, empreendedores locais); montagem de projetos e captação dos recursos (Carta Arqueológica da Cidade Velha, Museu da Escravatura e Turismo Comunitário); continuação dos projetos de reabilitação e melhoria das condições de habitabilidade: estabelecimento de parcerias estratégicas com outros bens culturais inscritos na Lista Patrimônio Cultural; efetiva contribuição do Patrimônio Cultural no PIB do pais.

Com relação às parcerias estratégicas com os outros bens inscritos na Lista Patrimônio Mundial, não só no continente africano, como também nos outros países, trago aqui a incumbência de buscar uma cooperação com o IPHAN, visando a uma articulação com os bens brasileiros.

Finalizo falando do “Projeto Guardiões do Património da Cidade Velha, Património Mundial”, que temos com as crianças da Cidade Velha. Importa preservar hoje o passado, para garantir a sustentabilidade futura. E isto passa, obviamente, pelas crianças.

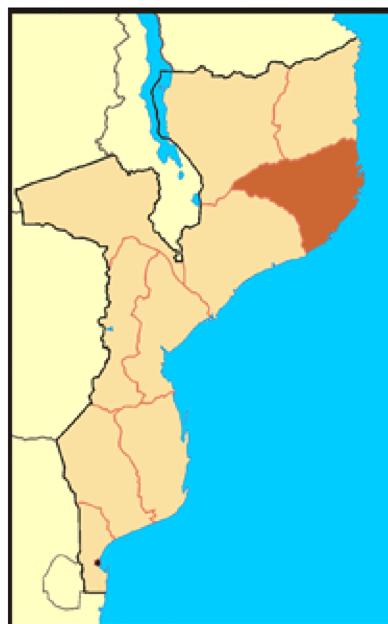
Muito obrigado.

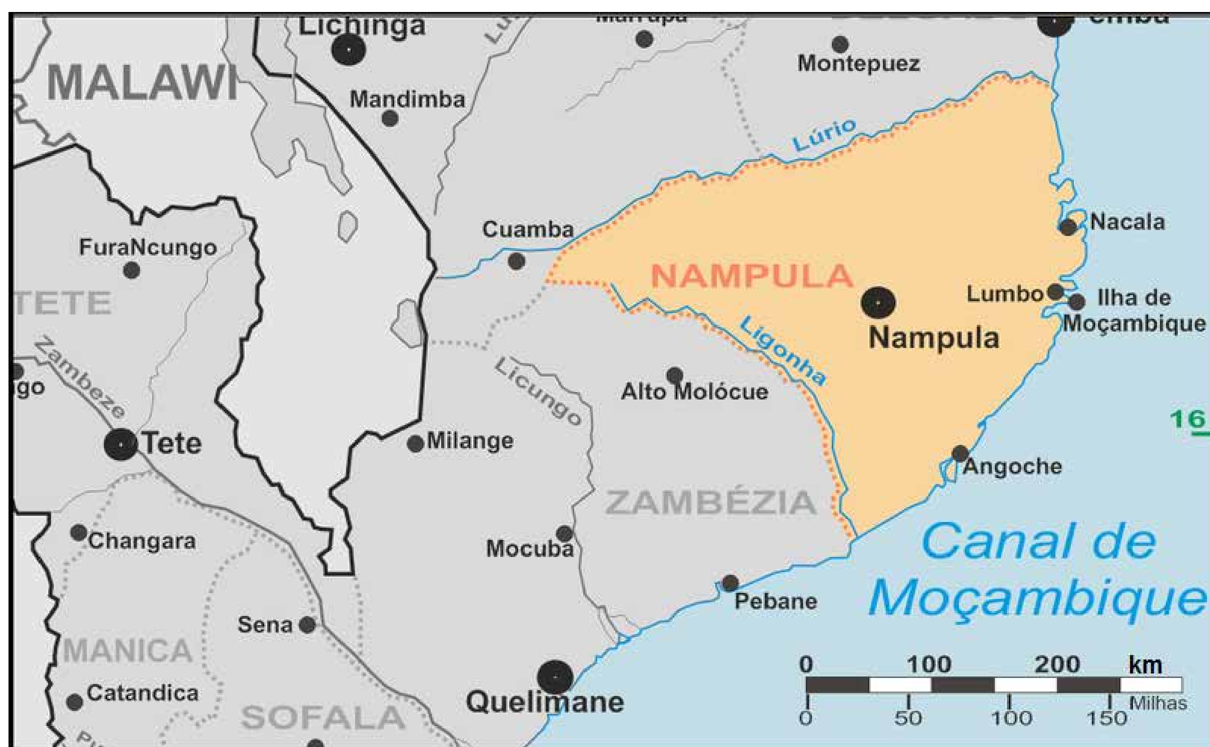


MOÇAMBIQUE - Ilha De Moçambique

SOLANGE MACAMO
DIRECÇÃO NACIONAL DE PATRIMÓNIO CULTURAL DE MOÇAMBIQUE







A Ilha de Moçambique está localizada ao norte de Moçambique, em Nampula, uma das províncias mais populosas de Moçambique, numa porção de terra muito pequena, com 3 km de comprimento por 200 a 500 m de largura, formando uma área classificada de 1 km². Fundada pelos portugueses em 1507, a ilha figura nas rotas de navegação no Oceano Índico desde o século X e foi a primeira capital de Moçambique.

O patrimônio da ilha compreende culturas diversas de origens Bantu, Swahili, Árabe, Persa, Indiana e Europeia, que estão patentes na arquitetura e na maneira de ser da população da Ilha de que as duas cidades de Macuti e de pedra e cal, constituem evidência.

A Ilha de Moçambique, um dos 7 (sete) bens constantes da Lista Indicativa ao Patrimônio Mundial formulada pelo Governo de Moçambique, em 1990, foi declarada Patrimônio Mundial na sessão do Conselho do Patrimônio Mundial, em 1991, na Tunísia, tendo como justificativa "que a cidade e as fortificações na Ilha de Moçambique e a Ilha de São Lourenço são um exemplo excelente de uma arquitetura que incorpora tradições locais africanas com influências portuguesas, indianas e árabes"; e "que se trata de testemunho importante do estabelecimento e desenvolvimento das rotas marítimas portuguesas entre a Europa Ocidental, a Índia e o resto da Ásia."

Em 2008, o Governo de Moçambique promoveu uma renovação da sua Lista Indicativa ao Patrimônio Mundial, em um seminário promovido pelo AWHF – African World Heritage Fund, em Maputo. Na ocasião, foram propostas as inscrições de outros 3 (tres) bens: o Arquipélago das Quirimbas, como Patrimônio Misto (Cultural e Natural); a Serra Vumba com as pinturas rupestres de Chinhamapere; e a Ponta do Ouro (Patrimônio natural transfronteiriço): Moçambique e África do Sul. Todavia, nenhum dos bens foi ainda classificado.

Voltando à Ilha de Moçambique, costumamos dizer que sua inscrição na lista do Patrimônio Mundial foi muito significativa para o povo moçambicano, porque é o reconhecimento internacional do valor histórico, arquitetônico, natural e ambiental da Ilha, herança patrimonial que chegou até os nossos dias. Afora os critérios da UNESCO para a classificação da Ilha (iv e vi), já descritos anteriormente, outros aspectos foram considerados:

1. Autenticidade: Os materiais de construção (pedra, macuti) e as técnicas de construção utilizadas nos edifícios que são os mesmos disponíveis nos locais de origem; as tradições e técnicas diversas mostram que a Ilha é um lugar de encontro de diferentes culturas.

2. Integridade: Os atributos mais importantes, como a arquitetura e técnicas de construção da fortaleza, construções defensivas e numerosos edifícios religiosos encontram-se bem conservados. Contudo, o enorme afluxo populacional para a Ilha tem afetado alguns aspectos físicos e socioeconômicos, que a maioria das obras de conservação tem considerado.

Alguns problemas se apresentam, porém, com relação a estes aspectos. No caso da utilização do macuti (folhas de palmeira), trata-se de um elemento natural que começa a ficar escasso, levando muitos a promoverem a sua substituição pelo zinco. De igual forma, a integridade dos atributos mais importantes, como a arquitetura e as técnicas de construção - devido ao grande fluxo da população, também tem sido ameaçada, porque a população por vezes não consegue manter os seus próprios edifícios.

Trago aqui algumas observações sobre a importância da conservação da Ilha de Moçambique, feitas por Bakonirina Rakotomamonjy, uma especialista internacional que trabalhou o Plano de Gestão da Ilha conosco:



Com permissão de Albino Jopela

"O patrimônio cultural precisa de atenção especial; é testemunho do nosso passado. Este patrimônio mundial é único e não renovável. É um recurso com que podemos reforçar a nossa identidade cultural e coesão social.

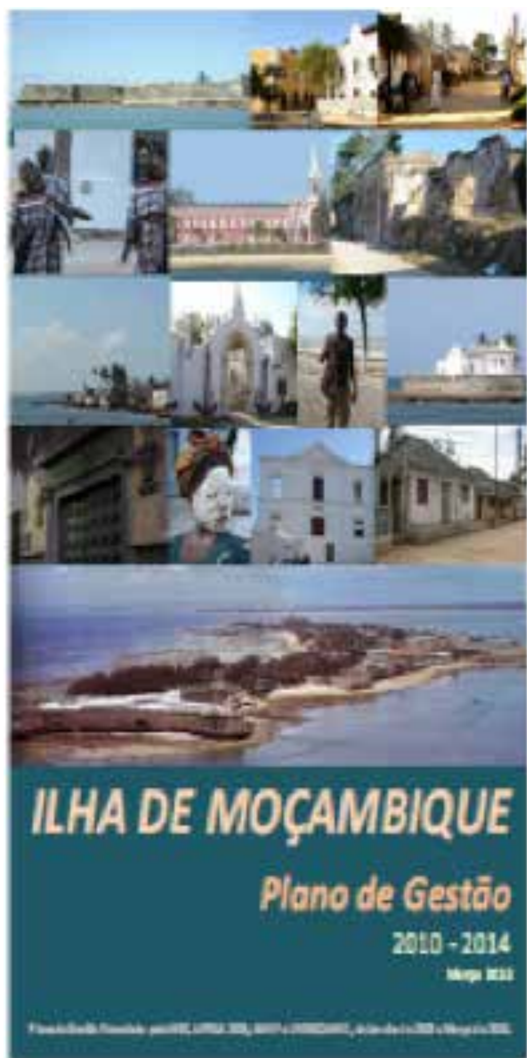
Durante mais de 400 anos, a Ilha foi conservada pelos seus habitantes. Hoje, provavelmente, devido a outros fatores (pobreza) grande parte da população não consegue manter o seu próprio patrimônio, mas há muitas ações a serem conduzidas pelo Governo com apoio dos parceiros internacionais.

Por estas razões, precisamos: coordenar esforços = instituição de gestão + plano de gestão; e estimular a participação de todos através de campanhas de sensibilização e esforços privados para obter uma boa conservação da ilha."

No âmbito das responsabilidades nacionais acerca da conservação da Ilha, o Governo de Moçambique aprovou o Estatuto Específico da Ilha de Moçambique e o Estatuto Orgânico que cria o seu Gabinete de Conservação, fundamental para uma ação organizada e consistente, cujo objetivo é fazer da Ilha um Centro Educacional e de Turismo Cultural; e instalou o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique – GACIM.

Na esfera internacional, o governo de Moçambique tem promovido ampla discussão dos termos de referência do Banco Africano de Desenvolvimento que possibilitou a elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique, cuja implementação vai decorrendo paulatinamente.

Foi só em 2010 que conseguimos levar a termo o Plano de Conservação e Gestão da Ilha de Moçambique conforme a legislação nacional do patrimônio cultural e as exigências do Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO. A proposta envolveu técnicos e conselheiros do Ministério da Cultura, Universidade Eduardo Mondlane, Instituto Politécnico de Tete, Cruzeiro Sul, Instituto de Investigação José Negrão, Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, Programa África 2009, AWHF e UNESCO em Moçambique.

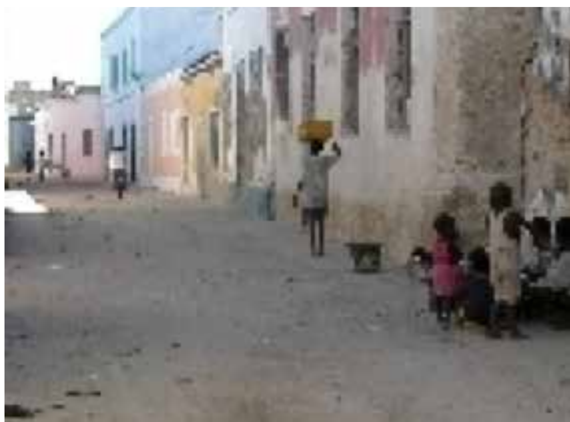


Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique (2009-2014).

Objetivo: Implantar um sistema de gestão e a monitoria do sítio de modo a preservar e valorizar o patrimônio histórico-cultural, arqueológico e natural da Ilha, salvaguardando a memória, história e expressões culturais locais do povo Moçambicano, assim como o seu estatuto de Patrimônio Cultural Mundial.

Dentre as ações constantes do Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique está o projeto de reabilitação da Fortaleza de São Sebastião, a maior de Moçambique, cuja primeira fase, já finalizada, contou com o apoio de muitos parceiros internacionais, a saber: Japão, Portugal/IPAD - IInstituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, UCCLA- União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, Países Baixos, Flandres e UNESCO. Os trabalhos foram orientados pela Empresa Moçambicana José Forjaz Arquitectos, sob a coordenacão do Ministério da Cultura, em parceria com a UNESCO. O projeto de reabilitação, que visa à utilização do bem, destaca o seu aproveitamento para a criação de espaços de pesquisa científica e de atividades culturais.





A partir da elaboração do Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique, algumas ações foram priorizadas: o saneamento e o melhoramento do sistema de abastecimento de água, tendo em vista que grande parte da população vive em condições precárias. Inclusive, já elaboramos alguns projetos com a ajuda do governo da Suíça, como um dos exemplos a citar, visando minimizar esses problemas.

Fonte: DNPC

Outra prioridade é reabilitação dos edifícios históricos em estado de ruínas, para que a Ilha possa manter a sua integridade física. Isto, porque alguns dos seus proprietários não tem honrado com a sua obrigação de conservar os prédios, havendo casos de desabamento de casas em vista da impossibilidade de reabilitá-las.





Ainda como prioridade, temos o desenvolvimento do turismo cultural, que visa à sustentabilidade da conservação da Ilha, bem como à criação de oportunidades de emprego para os seus habitantes.



Uma importante contribuição para a gestão da Ilha de Moçambique tem sido o apoio da comunidade internacional, que tem nos permitido desenvolver projetos, como por exemplo: a reabilitação da Ponte, com o apoio da Suécia; a reabilitação dos Museus da Ilha, com o apoio da Noruega e da Dinamarca; a Casa Girassol, um edifício público que temos como o melhor exemplo de restauro até aqui, desenvolvido com o apoio da NORAD; a Fortaleza de São Sebastião, com o apoio de Portugal e Japão, dentre outros parceiros; o levantamento de projetos, em Cooperação com a Suíça; bem como os Planos de Desenvolvimento Integrado e de Gestão da Ilha, com o apoio do BID de Portugal, do Centro do Patrimônio Mundial, e de outros parceiros.

Paralelamente, vimos envidando esforços no sentido de definir as opções de intervenção construtiva. Neste sentido, quais são as nossas opções para garantir a sustentabilidade no restauro dos edifícios? Não vamos restaurar sem saber qual será o uso que vamos dar aos edifícios. Outra ação importante tem sido a divulgação deste patrimônio. Cabe dizer que até a pouco, os ilhéus não percebiam cabalmente o significado de viver em um Sítio Patrimônio Mundial. Houve algum trabalho nesse sentido, assim como na operacionalização e reforço do quadro legal, fundamentais para uma gestão sustentável de patrimônio.

Todas estas ações, entretanto, vêm se dando no âmbito do Plano de Ação, onde pudemos estabelecer alguns objetivos, a saber:

1. Implantar um sistema de gestão e monitoria do Sítio de modo a conservar e valorizar o patrimônio histórico-cultural, arqueológico e natural da Ilha de Moçambique, salvaguardando a memória, a história e as expressões culturais locais do povo moçambicano, bem como o seu estatuto de Sítio do Patrimônio Mundial da Humanidade (fazer da Ilha um Centro Educacional e de Turismo Cultural de excelência);

2. Inventariar, documentar, classificar e categorizar o patrimônio cultural tangível e intangível da Ilha de Moçambique de modo a melhorar os conhecimentos sobre o espólio existente e estabelecer bases para ações de requalificação e intervenção.

3. Conservar o patrimônio cultural da Ilha de Moçambique através do cumprimento dos princípios das boas práticas de conservação e salvaguarda do patrimônio, consagrados nas Convenções internacionais da UNESCO de 1972, 2001, 2003, 2005, e na legislação nacional (Lei nº 10/88; Decreto nº 27/94; Normas de 2003).

4. Orientar a conservação, o restauro e a salvaguarda do patrimônio tangível e intangível da Ilha de Moçambique, de modo a assegurar benefícios socio-econômicos para os ilhéus, contribuindo para a melhoria das suas condições de vida.

5. Definir opções de intervenção construtiva para a Ilha com viabilidade técnica, econômica e ambiental.

6. Interpretar e divulgar a importância do patrimônio cultural da Ilha de Moçambique, de modo a melhorar o conhecimento dos habitantes sobre o seu significado cultural, os benefícios e as implicações de viver numa cidade declarada Patrimônio Mundial.

7. Operacionalizar e reforçar o quadro legal referente à proteção do patrimônio cultural da Ilha de Moçambique, de modo a tornar a gestão do patrimônio mais efetiva.

A Ilha de Moçambique está superlotada, o que vem causando sérios problemas à população, inclusive, à sua saúde. Por esta razão, urge atrair as pessoas para o continente. Mas esta não é uma tarefa das mais fáceis, já que no continente o acesso à televisão não é fácil. Há um princípio que diz que o indivíduo é livre de viver onde quer, e não nos cabe forçar as pessoas a saírem de lá. Precisamos tentar criar atrativos no outro lado, até porque essas pessoas estão vivendo mal na ilha. Neste sentido, algumas iniciativas estão sendo implantadas:

- Descongestionamento e reassentamento da população da parte insular da ilha de Moçambique: este trabalho tem sido efetuado em conjunto com a CMIM – Conselho Municipal da Ilha de Moçambique;

- Identificação de edifícios em ruínas que colocam em perigo, habitantes e transeuntes na via pública;

- Pavimentação das ruas da Ilha de Moçambique: optou-se pela colocação de pavimento em *pavet* devido à sua capacidade de permeabilidade e de redução das velocidades de circulação de trânsito;



Arquivo: GACIM

- Incentivo, assessoria e pareceres na reabilitação do patrimônio edificado;

- Recuperação dos monumentos públicos, destacando-se: Fortaleza de São Sebastião; MUSIM-Museus da Ilha de Moçambique; Ponte Cais; Ponte de Travessia; Palácio do Administrador; Casa de hóspede do GACIM; e ainda, o Museu Palácio de São Paulo, que abriga coleções de várias temáticas antes ameaçadas por infiltrações no Palácio. A obra foi concluída e a inauguração do novo espaço será feita ainda este ano, pelo Ministério da Cultura.









Outro elemento importante que eu gostaria de destacar é a visita que foi feita pelo Diretor do AWHF[8], Dr. Webber Ndoro, à Ilha de Moçambique. Apesar de o Fundo ser um grande patrocinador das atividades em torno da gestão da Ilha, o diretor ainda não a conhecia. Foi com imensa alegria que pudemos recebê-lo para que nos ajudasse a materializar proveitosas discussões em torno da implantação do sistema de gestão na ilha. Na ocasião, pudemos colocar os pontos favoráveis e as fragilidades existentes que foram partilhados com o Dr. Webber Ndoro, que na ocasião transmitiu a sua experiência.

Os aspectos positivos que temos a destacar são:

- Forças e oportunidades do Gabinete;
- Equipe jovem e composta por quadros técnicos específicos para cada departamento;
- Centralidade e alguma notoriedade nas decisões públicas e privadas na Ilha de Moçambique.

As decisões públicas e privadas na Ilha vêm se tornando mais evidentes. Houve um arejamento nas ações em torno da gestão com a entrada de uma equipe bastante jovem e especializada entre arquitetos, geógrafos, historiadores e especialistas em turismo. Tem havido, também, um maior interesse da comunidade, tanto da iniciativa privada, como do instituto do governo em relação aos assuntos da ilha, assim como maior apoio técnico e aconselhamento nos projetos relacionados não só com o patrimônio tangível como o intangível; e ainda, uma crescente afirmação do GACIM. Atualmente, qualquer pessoa que pretenda promover alterações em alguma edificação, já sabe que precisa solicitar o parecer do GACIM.

8. A sigla AWHF significa World African Heritage Fund.

Mas também há dificuldades:

- Falta de orçamento para o funcionamento, desde agosto de 2012 até ao presente momento; o Gabinete encontra-se sem comunicações para o exterior (internet, telefone e fax);
- Ausência de um instrumento legal que permita ao GACIM desalojar inquilinos que nada fazem para preservar seus imóveis;
- Ausência de um oficial da UNESCO na Ilha de Moçambique ou de um acompanhamento sistemático das ações de gestão em torno bem;
- Dificuldade dos técnicos no domínio na língua inglesa de forma a poderem participar em formações ou cursos no estrangeiro;
- Falta de conhecimento generalizado da comunidade sobre a importância na preservação do Patrimônio.



Visita ao Patrimônio Cultural da Ilha de Moçambique.



Dança Tufu.
Fotos: Arquivo do GACIM.

Cabe dizer, ainda, que os problemas da Ilha de Moçambique assemelham-se aos que outros patrimônios do mundo e a África, em particular, enfrentam, e faz-se necessário o estudo desses casos de forma a se poder aprender com essas experiências.

Quanto ao GACIM, não basta que seja composto por uma equipe de técnicos jovens. É preciso apostar na sua formação para que se mantenham motivados e para que permaneçam dispostos a aplicarem o seu conhecimento na instituição e na Ilha de Moçambique. Para além dos profissionais envolvidos na gestão do patrimônio, é notável o esforço e o bom trabalho das instituições na conservação e reabilitação do patrimônio cultural da Ilha de Moçambique, mesmo com tantas limitações existentes.

A propósito da utilização dos espaços, a Ilha tem vários edifícios não ocupados, que facilmente podem degradar-se. Importa que sejam ocupados para vários fins e usos de modo a preservá-los. Quanto ao AWHF, tal como muitos outros fundos ou organizações não governamentais, é sabido que podem apoiar um projeto proposto. Todavia, é imperativo que exista um projeto muito bem elaborado, orçamentado e, sobretudo, bem sólido para que tal apoio ocorra.

Por fim, cabe dizer que, às vezes, a opção por pequenas soluções e experimentações pode ter resultados positivos e imediatos. Não é sempre imperativo esperar por apoios externos.

Obrigada!

OBSERVAÇÕES

As duas apresentações resultam de um trabalho coletivo na área de conservação e gestão do patrimônio cultural, em Moçambique, com a participação de vários autores, tanto na produção textual e de imagens nelas contidas. Contudo, a coordenação, incluindo a seleção e interpretação da informação disponibilizada, é da inteira responsabilidade da apresentadora.

Essencialmente, foram usadas como fontes, os Estatutos que criam o setor governamental e instituições da cultura, em Moçambique, relatórios de trabalho existentes na DNPC e no GACIM, estudos e planos de conservação da Ilha de Moçambique, entre outras informações úteis ligadas aos museus e monumentos.

LEGENDA DAS IMAGENS

Colaboração de Estevão Mucavele (DNPC)

Referências para mais consulta

Decreto nº 27/94 de 20 de Julho, que aprova o Regulamento de Protecção de Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural. *Boletim da República nº 29* (I).

Decreto nº 46/2008 de 30 de Outubro, que Classifica como Património Cultural o Local Histórico de Chilembene. *Boletim da República no 44* (I).

Decreto no 72/2009 de 15 de Dezembro, que aprova o Regulamento do Regime Jurídico Relativo à Protecção, Preservação e Valorização do Património da Luta de Libertação Nacional. *Boletim da República no 49* (I).

Jopela, A. 2006. Custódia Tradicional do Património Arqueológico na Província de Manica: experiências e práticas sobre as pinturas rupestres no Distrito de Manica, 1943-2005. Dissertação de Licenciatura. Maputo: DH/UEM.

Jopela, A. 2007. Monitoring Rock Art Sites: The case study of BNE 1, Clocolan Berg, Free State Province, South Africa. Dissertação de Licenciatura. Johannesburg: University of the Witwatersrand.

Jopela, A. 2010a. Traditional Custodianship of Rock Art Sites in Central Mozambique: a case study from Manica District. *Studies in African Past 8*: 161-177.

Jopela, A. 2010b. Traditional Custodianship of Rock Art Sites in Southern Africa: a case study from central Mozambique. Tese de Mestrado. Johannesburg: University of the Witwatersrand.

Jopela, A. 2011. Traditional Custodianship: a useful framework for heritage management in southern Africa? Conservation and Management of Archaeological Sites 13 (2-3):103-22.

Lage, L. & Carrilho, J (Coord.) 2010. Inventário do Património Edificado da Cidade de Maputo: catálogo de edifícios e conjuntos urbanos propostos para classificação .Maputo: FAPF.

Lei nº 10/88 de 22 de Dezembro, que determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural moçambicano. *Boletim da República nº 51* (I).

Lei nº 13/2009 de 25 de Fevereiro, que visa proteger, preservar e valorizar o património da Luta de Libertação Nacional. *Boletim da República nº 8* (I).

Macamo, S. (Coord.) 2003. Inventário Nacional de Monumentos, Conjuntos e Sítios - Património Cultural. Maputo: Ministério da Cultura e UNESCO.

Ndoro, W. 2001. Your Monument Our Shrine: The Preservation of Great Zimbabwe. Uppsala: Uppsala University.

Plano Estratégico da Cultura (2012-2022). Maputo: Conselho de Ministros da República de Moçambique.

Plano de Gestão e Conservação da Ilha de Moçambique (2010-2014). Maputo: Ministério da Cultura.

Resolução nº 12/97 de 10 de Junho, que aprova a Política Cultural e a Estratégia da sua Implementação. *Boletim da República nº 23* (I).

Resolução nº 11/2010 de 2 de Junho, que aprova a Política de Museus. *Boletim da República nº 22* (I).

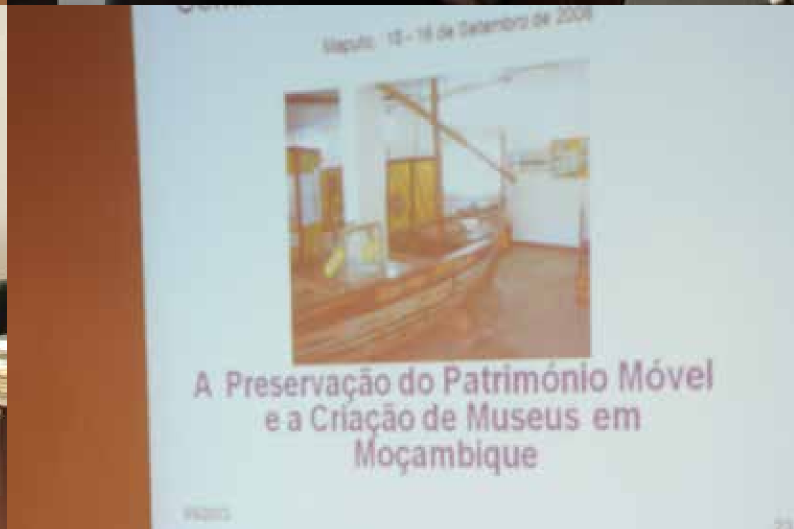
Resolução nº 12/2010 de 2 de Junho, que aprova a Política de Monumentos. *Boletim da República nº 22* (I).

Secretaria de Estado da Cultura. 1982-85. Ilha de Moçambique. Relatório-Report. Arkitektskolen i Aarhus--Danmark

UNESCO 1972. Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural . Paris: Centro do Patrimônio Mundial/UNESCO.




Alguns exemplos de bens patrimoniais



A Preservação do Património Móvel e a Criação de Museus em Moçambique



Centro Lucio Costa

Centro Regional de Formação para a Gestão do Patrimônio

Rua da Imprensa 16, 9º andar

Palácio Gustavo Capanema

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Acesse nosso site. Clique aqui.

UNESCO
Organização
das Nações Unidas
para a Educação,
a Ciência e a Cultura

centro luciocosta

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Cultura

GOVERNO FEDERAL BRASIL PÁTRIA EDUCADORA